



MEMÓRIA

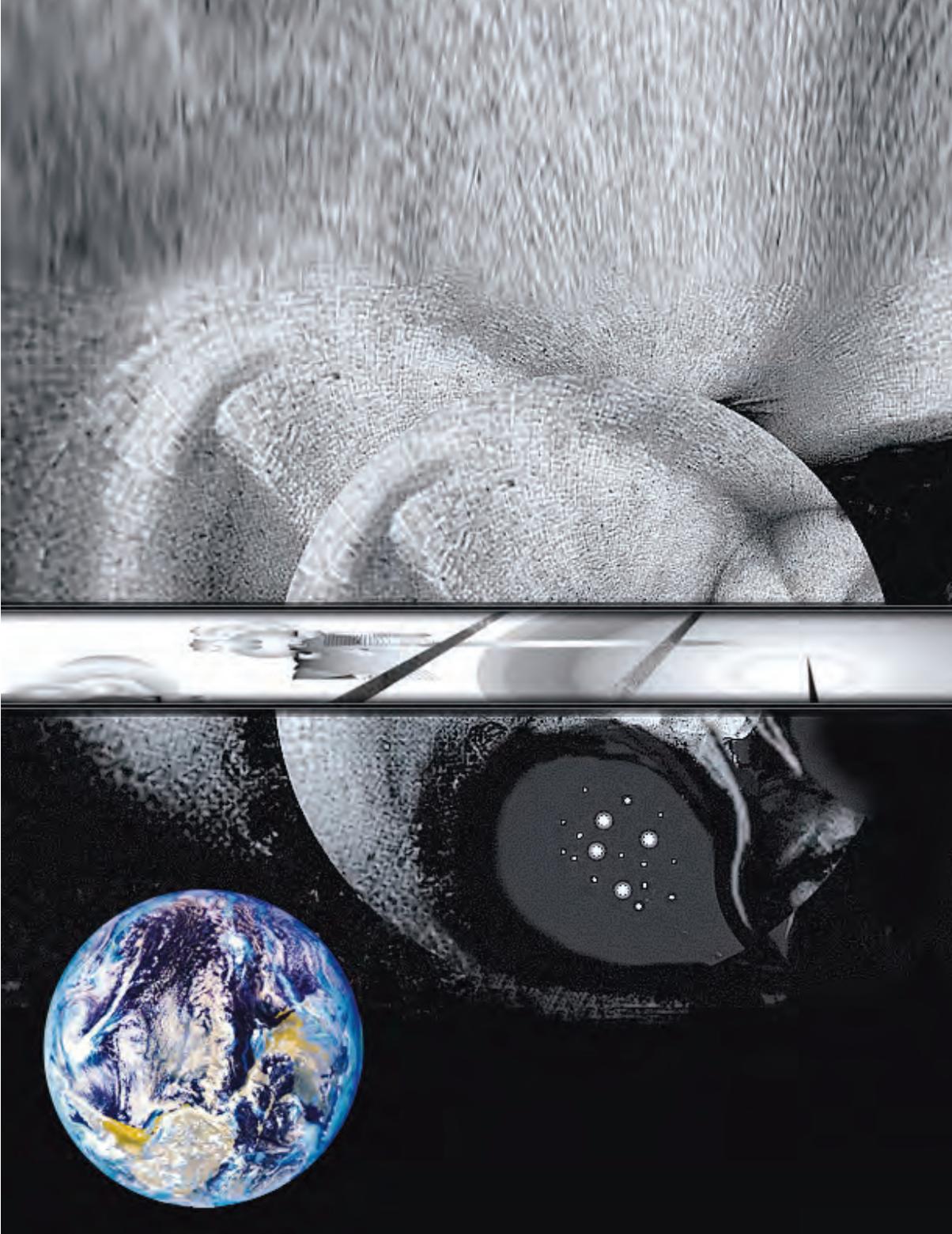
2010 - 2011



Academia de Ciências da Bahia

MEMÓRIA

2 0 1 0 - 2 0 1 1

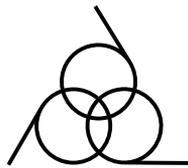


Juez Paraíso – Interferências IX, 2012. Arte digital, Salvador, Bahia



MEMÓRIA

2 0 1 0 - 2 0 1 1



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

2012



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

CONSELHO EDITORIAL

Amilcar Baiardi

Edivaldo Machado Boaventura

Eliane Elisa de Souza e Azevêdo, Coordenadora

Iracy Picanço

João Carlos Salles Pires da Silva

Paulo Costa Lima, Vice-Coordenador

Roberto Figueira Santos

APOIO TÉCNICO

Álvaro Almeida

Daniela Guimarães Morozini

ILUSTRAÇÃO

Juarez Paraíso

© Copleft

Academia de Ciências da Bahia: memória 2010-2011 / Roberto Figueira Santos (Editor). - Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2012.

185 p.: il.

ISBN: 978-85-65535-00-7

doi:10.5281/zenodo.7984420

1. Academia de Ciências da Bahia - História. I. Santos, Roberto Figueira.

CDU - 082

Publicações da Academia de Ciências da Bahia

Rua Aristides Novis, nº 202, Federação

CEP: 40210-720 - Salvador-BA

www.cienciasbahia.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 9

AGRADECIMENTO | 11

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA: A VISÃO DA FAPESB | 13

EM FAVOR DA CRIAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA (ACB) | 21

AÇÕES PREPARATÓRIAS PARA A FUNDAÇÃO DA ACB | 31

ATA DE FUNDAÇÃO DA ACB | 37

ESTATUTO DA ACB | 43

SÍMBOLOS HERÁLDICOS | 71

INSTALAÇÃO 1º DE JUNHO 2011 | 85

Discurso do Prof. Roberto Figueira Santos | 89

Discurso do Dr. José de Freitas Mascarenhas | 103

MEMBROS TITULARES FUNDADORES | 113

ARTIGOS INAUGURAIS | 119

REPERCUSSÃO | 145

ATIVIDADES PÓS-INSTALAÇÃO | 165

REUNIÕES CIENTÍFICAS | 173

GRUPOS DE TRABALHO | 181

CALENDÁRIO DAS REUNIÕES PLENÁRIAS 2012 | 185

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro volume publicado pela recém-constituída Academia de Ciências da Bahia (ACB). Várias outras publicações a esta se seguirão, sob o mesmo patrocínio e a breve prazo.

Estamos dando, ainda, os primeiros passos, no funcionamento da nossa Academia. Sabemos que, para esse fim, não existe roteiro pré-estabelecido, a facilitar a trajetória que vimos realizando. Estamos muito felizes, entretanto, com o que alcançamos até agora.

O presente volume se inicia com o esforço empreendido pelos fundadores e futuros acadêmicos, antes, mesmo, da implantação da Academia. Em seguida, neste mesmo livro descrevemos os passos dados logo após o estímulo que recebemos, ao ser animados pela receptividade do público presente à sessão de instalação do novo órgão.

Temos, agora, várias outras realizações já programadas, incluindo seminários sobre temas relevantes e publicações que se seguirão a esta e que não tardarão em satisfazer a natural expectativa do público interessado em acompanhar o caminho que vimos trilhando.

A identidade de propósitos entre os Acadêmicos, tem sido completa e absoluta. Todos almejamos e estamos perseguindo, com firme dedicação à causa, o desenvolvimento científico e tecnológico da Bahia e do Brasil, paralelamente à formação de jovens pesquisadores. Pretendemos, assim, contribuir para o bem-estar e a felicidade dos baianos e dos brasileiros. O espírito de colaboração e de harmonia de todos os confrades, no mais elevado nível, vem ensejando debates que começam a se transformar em ações concretas e promissoras. A receptividade dos órgãos públicos e privados tem sido importante sinal de confiança no nosso



trabalho. Desde o Governo do Estado, das suas Secretarias, especialmente da encarregada dos negócios de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), da Fundação de Amparo à Ciência do Estado da Bahia (FAPESB), até as empresas privadas, representadas pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia, todos tem prestigiado as nossas iniciativas. Do empresário baiano Dr. Emílio Odebrecht, recebemos o primeiro apoio financeiro que está assegurando as realizações conforme o programa traçado. A Academia Brasileira de Ciências e a nossa Academia estiveram juntas em importante seminário sobre a interrelação do setor produtivo nacional com órgãos de pesquisa científica e tecnológica. As universidades baianas e demais órgãos de pesquisa sediados na Bahia têm demonstrado completa disposição de colaborar conosco. A Universidade Federal da Bahia colocou à nossa disposição o “site” sob a sua orientação, para um programa destinado à ACB na internet.

Estamos, pois, preparados para prestar à Bahia, serviços sobre cuja relevância não cabe dúvida. Os nossos conterrâneos vêm mostrando elevada capacidade criativa em muitos setores da atividade cultural. No tocante à pesquisa tecno-científica com inovação, temos ainda um longo caminho a percorrer. A Academia de Ciências da Bahia (ACB) foi criada para colaborar nas novas conquistas que empreenderemos a esse respeito.

Bahia, março de 2012
Roberto Figueira Santos
Presidente

AGRADECIMENTO

Os primeiros passos das instituições de finalidade cultural, costumam depender da superação de grandes obstáculos. Ao iniciar seus trabalhos, a Academia de Ciências da Bahia (ACB) foi beneficiada pela visão de futuro de ilustres personalidades da nossa terra, que se tornaram, por isso, credoras do nosso mais sincero agradecimento.

O governador Jacques Wagner, desde a nossa primeira referência à ideia do que seria a Academia, teve palavras de estímulo à iniciativa e aceitou presidir a sessão de instalação da entidade, o que concorreu para abrilhantar o ato que se constituiu em demonstração inequívoca de como os nossos propósitos estavam e estão sendo bem aceitos por grande número de baianos.

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Dr. José de Freitas Mascarenhas, percebeu, de imediato, o significado do estímulo ao progresso da ciência, da tecnologia e da inovação, principal objeto da nossa Academia, para a expansão e a modernização das indústrias em nosso Estado. O Dr. Mascarenhas ofereceu o principal auditório da Federação para a cerimônia de instalação da ACB e foi um dos principais oradores na mesma ocasião. Graças à sua grande experiência em prol da modernização do setor industrial baiano e brasileiro, o seu conselho e a sua orientação têm sido altamente proveitosos para as nossas atividades.

O Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Deputado Paulo Câmera, aceitou que a Academia se instalasse no âmbito da sua Secretaria; e foi o primeiro dos colaboradores do Governo da Bahia a realizar esclarecedora palestra acerca da condução, pelo atual Governo do Estado, dos assuntos de interesse recíproco.



O Diretor Geral da Fundação para o Amparo à Ciência do Estado da Bahia (FAPESB), o Dr. Roberto Paulo Machado Lopes, convidou a Academia a ocupar espaço na sede do órgão sob sua direção; e tem colaborado, frequentando muitas das nossas reuniões e trazendo sugestões e ideias de grande valia.

O grupo empresarial Odebrecht, representado pelo Dr. Emílio Odebrecht, contribuiu, generosamente, para as primeiras realizações da Academia; e participou, representando a empresa Braskem, do primeiro seminário sobre a aproximação entre a recém-criada Academia e as indústrias que fazem o progresso da Bahia. Realizou-se esse seminário na sede da FIEB, e na sua instalação, ouvimos pronunciamentos dos dirigentes de duas entidades que patrocinaram o evento em articulação com a Academia de Ciências da Bahia, respectivamente, do Dr. Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências e do Dr. José Mascarenhas, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

A Academia de Ciências da Bahia, nesta primeira das suas publicações, entendeu do seu dever, expressar profundo agradecimento às personalidades citadas, por terem se mostrado confiantes na contribuição que será oferecida pelos nossos membros titulares, ao progresso da Bahia e ao bem-estar dos baianos.

Bahia, março de 2012
Roberto Figueira Santos
Presidente da ACB

Edivaldo Machado Boaventura
Vice-Presidente da ACB

Eliane Elisa de Souza e Azevedo
Coordenadora do Conselho Editorial da ACB

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA: A VISÃO DA FAPESB

Os ganhos de produtividade da economia moderna e a diversidade de novos produtos incorporados à nossa rotina aumentam, por mais contraditório que possa parecer, as demandas sociais, tanto em quantidade quanto em complexidade. Esses ganhos de produtividade, decorrentes dos avanços realizados em diversas áreas do conhecimento científico, evidenciam que a ciência incorporou-se à estrutura produtiva, penetrando transversalmente seus diversos segmentos e alterando seus padrões de organização. Os países que estiveram na vanguarda dessa extraordinária onda de inovação são aqueles que assumiram o protagonismo do desenvolvimento científico.

O Brasil, em função da inércia institucional e de políticas equivocadas, ficou, por muitas décadas, excluído desse processo. Para continuar evoluindo com o crescimento econômico e com as políticas de inclusão social e produtiva temos que realizar um enorme esforço para avançar na geração e utilização do conhecimento científico. Todos os modelos de crescimento econômico, assim como as experiências recentes, mostram o papel determinante da pesquisa científica e da inovação no desenvolvimento das nações, na competitividade das empresas, na melhoria da qualidade de vida, na universalização dos acessos e na redução das desigualdades.

Na Bahia, urge a necessidade de avançar nesse processo com mais rapidez para reverter indicadores ainda desfavoráveis e convergir ao mesmo *steady state* das regiões mais desenvolvidas. Prosseguir na transformação de nossa realidade socioeconômica, continuar incluindo milhões de excluídos e realizar o sonho de uma sociedade próspera com equilíbrio ético e social só é possível tornando a ciência e a inovação um processo endógeno e dinâmico.



mico da nossa base produtiva. Essa é uma tarefa para os diversos estratos sociais e um esforço conjunto de todos os baianos. É nesse contexto que se insere a criação da Academia de Ciências da Bahia.

A pura e simples articulação dos membros fundadores desta Academia já representa um ponto de inflexão na trajetória do nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Ao romper a inércia institucional, a Academia de Ciências da Bahia contribui para a melhoria da qualidade de nossas instituições. A qualidade das instituições, entendidas aqui como as crenças, costumes e rotinas que regulam os padrões de comportamento dos indivíduos e se reproduzem inercialmente ao longo do tempo, é uma variável crítica para uma sociedade ter um papel no controle do seu próprio destino. É louvável o protagonismo destas senhoras e senhores que, alheio a interesses materiais ou de projeção social, se articulam em torno de um objetivo: o de contribuir para o engrandecimento do povo baiano.

A Academia de Ciências da Bahia foi criada oficialmente em 1º de junho de 2011, mas já se manifestava atuante e revelava sua importância nas ideias e ações de seus criadores. A cerimônia de instalação na sede da Federação das Indústrias da Bahia com a presença do governador do Estado e da comunidade científica foi um exercício e um testemunho de sua relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico da Bahia. É do conhecimento de todos que a articulação universidade-empresa-governo é condição de primeira ordem para a inovação tecnológica. Foi emblemático e representativo este momento porque apesar dos avanços na produção científica baiana nossos indicadores de inovação ainda são desfavoráveis. A FAPESB, alinhada com as diretrizes do Governo Estadual, tem se esforçado para reverter essa situação. Com a criação da Academia de Ciências da Bahia temos a certeza que teremos um aliado decisivo, tanto na articulação quanto na formulação de políticas, para superar esse desafio e incorporar o desenvolvimento científico e tecnológico ao processo produtivo.

Consideramos estratégica a necessidade de estreitar as relações universidade-empresa e aumentar o fluxo de conhecimento entre ciência e tecnologia. A universidade, reconhecida como *locus* da produção e difusão do conhecimento, interagindo em cooperação com empresas e governo, atuando firmemente na transferência de conhecimento e tecnologia para o setor produtivo, contribui de forma significativa para uma inflexão no processo de inovação. A Academia de Ciências da Bahia pelo reconhecimento de seus membros e pela iniciativa de estreitar a articulação com o setor empresarial é a certeza de que vamos reduzir a defasagem científica e tecnológica que ainda nos separa de regiões mais desenvolvidas.

Essa Academia já demonstrou que suas ações vão além das funções tradicionais das academias de ciências. Sua proposta de contribuir de modo efetivo para formulação das políticas públicas e atuar em defesa da ética, da integridade científica e do controle social da pesquisa enseja uma atuação propositiva que vai impactar os modos de pensar e agir a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento em nosso Estado.

A FAPESB, considerada a casa do pesquisador baiano, não poderia deixar de ser o ninho dessa importante organização social que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das nossas estruturas produtivas e sociais. As finalidades da Academia de Ciências da Bahia definidas em seu estatuto, convergem com os objetivos da FAPESB, especialmente no incentivo à realização de pesquisas e no estímulo à formação de pesquisadores. Porém, muito mais do que a identidade nas finalidades estatutárias, a FAPESB e a Academia de Ciências da Bahia se alinham nos ideais de construção de uma Bahia socialmente justa, economicamente desenvolvida e diversificada, ambientalmente limpa e espacialmente integrada.

Roberto Paulo Machado Lopes
Diretor Geral da FAPESB





Brasão Corporativo

Lema
Ciência a Serviço da Humanidade



Juarez Paraíso – Interferências XII, 2012. Arte digital, Salvador, Bahia

EM FAVOR DA CRIAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA



.....
Roberto Figueira Santos
Presidente da Academia de Ciências da Bahia
Professor Emérito da Universidade Federal da
Bahia (UFBA)
Ex-Reitor da UFBA
Ex-Presidente do Centro Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq)

As pesquisas científicas e tecnológicas não alcançaram ainda, no Brasil nem na Bahia, a devida valorização por parte de expressiva parcela dos nossos conterrâneos. No entanto, a economia das nações passou a depender, cada dia mais, da racionalidade no aproveitamento dos recursos naturais e da agregação de valor às matérias primas disponíveis, mediante o emprego de tecnologias baseadas no conhecimento cientificamente adquirido. Essas atividades têm se revelado essenciais para o bem-estar das sociedades modernas. São altamente recomendáveis todas e quaisquer iniciativas que estimulem a geração e a divulgação desses conhecimentos. Tendo em vista circunstâncias históricas adiante analisadas, no Brasil foi promulgada, recentemente, a chamada “Lei da Inovação” – Lei n. 19.973, de dezembro de 2004 –, destinada a ressaltar a importância das pesquisas tecnocientíficas que envolvam originalidade nas ideias e que inovem na concepção de produtos e de processos. As particularidades da aplicação dessa lei deverão ser analisadas pela Academia de Ciências ora sendo constituída.

Além de estimular a expansão das fronteiras do conhecimento, a nova Academia deverá promover o saudável debate entre correntes de pensamento acerca de temas relevantes, quer nas



suas sessões ordinárias, quer pela realização de simpósio e de congressos com a participação de cientistas estranhos ao seu próprio quadro. A observância de normas éticas pertinentes a essa atividade estará entre as cogitações de máxima importância para os seus associados. A mobilização de recursos financeiros para o funcionamento da Academia constará no Regimento da nova instituição.

No Brasil, as pesquisas científicas e tecnológicas dependem ainda, preponderantemente, do financiamento pelo poder público. São sempre bem vindas, por isso, as oportunidades para maior divulgação dessas atividades, que precisam ter boa visibilidade junto à população geral, à qual cabem as decisões mais relevantes quanto ao futuro da nacionalidade.

À medida que o nosso país se desenvolve e a sua população enriquece, tenderá a crescer a produção científica e tecnológica a cargo das empresas privadas. Deverá ser este um dos fatores essenciais à sofisticação da nossa economia. Frequentemente, as imagens projetadas pelas instituições de pesquisa aparecem como se estas fossem privilégio das sociedades altamente capitalizadas, dispondo de recursos humanos excepcionalmente bem preparados e com propósitos de grande transcendência. Não obstante, quando adequadamente planejadas, entre populações que aspirem intensificar o seu desenvolvimento econômico e social, as pesquisas tecnocientíficas poderão ser importantes fatores de inclusão social.

Durante séculos, o Brasil importou grande parcela do que a nossa população consumiu. Entre os produtos localmente fabricados, preponderaram processos desenvolvidos em outros países. A escassa investigação cientificamente orientada, durante longo período resultou do esforço de pesquisadores estrangeiros e de brasileiros formados em países europeus. Ressalvadas umas poucas exceções, essas pesquisas não se realizaram em entidades de ensino superior, e, sim, em órgãos especializados, cujo cam-

po de atuação envolveu ora a saúde pública (para a fabricação de vacinas), ora a agronomia (visando a saúde animal e vegetal), ora a identificação dos nossos recursos naturais (com finalidade econômica). Não existiam, entre nós, entidades comprometidas com a formação de pesquisadores.

Muito tardiamente, já no meado do século XX, a economia nacional entrou em nova etapa, caracterizada pela criação de incentivos para a substituição por produtos fabricados no próprio país, de similares antes importados. Logo se tornou evidente a necessidade do melhor conhecimento das peculiaridades das nossas matérias-primas, do nosso mercado e da nossa mão de obra, o que teria de ser alcançado mediante a formação local de pesquisadores que se encarregassem de tais tarefas. Foi, então, criado o Conselho Nacional de Pesquisas, com a sigla CNPq, depois designado Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Surgiram, em alguns Estados, fundações de apoio à pesquisa. As universidades constituíram o campo natural para o preparo dos pesquisadores, o que levava, obrigatoriamente, ao estímulo da realização de pesquisas no ambiente universitário. Foi este o momento propício para a regulamentação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e de doutorado) e para o aprofundamento, nas universidades, dos dispositivos encarregados das disciplinas referentes aos setores básicos do conhecimento. Foi o que ocorreu mediante a reestruturação universitária determinada pelos decretos-leis 53 de 1966 e 252 de 1967. Simultaneamente, na rede de universidades federais teve início a implantação do regime de trabalho docente em dedicação exclusiva, fator da máxima importância para o sucesso na elaboração de pesquisas. Reconhecidamente, é mais fácil o recrutamento de pessoal de magistério com dedicação exclusiva para as matérias básicas do que para as disciplinas profissionalizantes. Desde então, a produção científica e tecnológica foi ampliada e aprimorada, consideravelmente, nas nossas universidades federais. Aos poucos, mais tarde, de grande



importador de produtos manufaturados, o Brasil vem se transformando em fabricante e exportador de mercadorias com expressiva agregação de valor às matérias-primas.

Até à implantação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, no começo da década de 1930, os estudos em nível superior referentes aos setores básicos do conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras, Filosofia) sofreram restrições condicionadas pela função que lhes cabia naquela época, que era a de apoiar a compreensão das práticas inerentes a determinada profissão. Nas nossas Faculdades, portanto, ressalvadas umas poucas exceções, as citadas disciplinas não eram cultivadas pelo importante significado do seu conteúdo no aperfeiçoamento da inteligência e na capacidade de raciocínio do estudante, e sim pelo apoio que proporcionavam ao aprendizado das práticas correspondentes à profissão escolhida pelo aluno. Para citar, apenas, alguns exemplos, era o que ocorria, então, nas Faculdades de Engenharia, Medicina, Agronomia, com o aprendizado da Física e da Química. Os escassos trabalhos de investigação científica, então realizados, resultaram, quase sempre, de iniciativas individuais e, não, de projetos institucionais.

Durante mais de três séculos, entre os anos 1500 e 1800, os nossos colonizadores não admitiram a existência de cursos superiores no Brasil. Entre o começo do século XIX até cerca da metade dos anos 1900, o propósito essencial das nossas escolas de nível superior consistiu no preparo da mão de obra necessária à prestação de serviços especializados à população local. Antes e logo depois da Independência do Brasil, havia sido muito insuficiente o número de profissionais com estudos universitários vindos da Europa para a principal colônia portuguesa. Tornara-se urgente, ainda mais pelo aumento da população, implantar o sentido profissionalizante atribuído às escolas ou faculdades então criadas. Eram elas completas em si mesmas no sentido de que, preceden-

do o ensino das práticas profissionais, cada qual dessas faculdades oferecesse aos alunos as disciplinas básicas essenciais à compreensão e ao preparo para o exercício da profissão. Além disso, por muito tempo, as faculdades não se articularam entre si, mesmo quando a serviço da mesma comunidade, no intuito de formarem universidades. Os nossos conterrâneos, a esse tempo, reconheciam nas instituições de nível superior, tão somente, a função de formar a mão de obra indispensável à prestação de serviços especializados às populações. Apenas, excepcionalmente, eram elas avaliadas pela qualidade e pelo volume de pesquisas nelas produzidas. No entanto, essa é a avaliação habitual entre os que habitam países que, de mais tempo, ostentavam elevado nível cultural. Por ser tão recente no Brasil, parte expressiva da nossa população e das nossas lideranças apenas começa a compenetrar-se da importância da missão de realizar pesquisas tecnocientíficas, como essencial ao próprio conceito de universidade.

No meado do século XX, conforme já assinalamos, o Brasil havia adotado a política da substituição de importações, ao estimular a produção local de bens e de serviços mediante processos desenvolvidos em outros países. Valeu, para isso, o enorme mercado interno representado pela nossa grande população. Em contraste, outros países, a exemplo da Coreia do Sul, por não contarem com idêntica magnitude no seu mercado interno, decidiram ampliar a sua produção visando a exportação, o que os obrigou a buscarem inovações na produção, mediante pesquisas tecnocientíficas que atraíssem a preferência dos consumidores entre produtos semelhantes, no competitivo mercado internacional.

Explica-se pelos motivos apontados, que no Brasil se hajam originado, relativamente, poucas ideias inovadoras que justifiquem a proteção pelas leis internacionais de defesa da propriedade intelectual. É esse um dos fatores responsáveis pelo reduzido número de pedidos de registro de patentes até agora submetidos por pesquisadores brasileiros, comparado com os que se originam



em outros países. A análise aprofundada das normas de defesa da propriedade intelectual, paralelamente à regulamentação criteriosa do sistema de patentes, estará entre os objetivos da futura Academia de Ciências.

A Academia de Ciências da Bahia deverá ocupar-se com a promoção do ensino das ciências aos jovens, desde a mais tenra idade, mediante metodologia ajustada aos alunos. Infelizmente, foi muito tardio, entre nós, a perda do prestígio da pedagogia baseada na exclusiva transmissão, pelo professor, de enorme volume de informações a serem acumuladas na memória dos alunos. É o que passou à história sob a designação de “decoreba”, hoje condenada e detestada por justas razões. Em substituição, tem se difundido entre nós, o aprimoramento da capacidade de raciocínio do aluno, por meio do incentivo, pelo professor, ao debate sobre as criações da inteligência humana e sobre a observação de fatos que conduzem à redescoberta, pelos alunos, das leis da natureza. O atraso dessa evolução tem contribuído para que muitos dos nossos cientistas não sejam, ainda, suficientemente inclinados a valorizar o pensamento criativo e inovador.

O preparo adequado de professores, em números muito mais elevados do que se tem verificado até agora, constitui o principal caminho para que se acelere, no nosso meio, a modernização da pedagogia das ciências em todos os níveis de educação. Por sua vez, o exercício satisfatório das tarefas desses professores carece de uma grande ampliação no apoio material a eles oferecido, sob a forma de melhores salários, laboratórios escolares bem equipados, livros apropriados, e visitas a museus didáticos. Os museus de ciência e tecnologia, quando devidamente organizados, são instrumentos poderosíssimos para a exata compreensão, pelos jovens, do significado do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade moderna.

Tem sido, entre nós, muito insuficiente o registro dos fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, nos arquivos

das instituições dedicadas a essa atividade. A Academia de Ciências tentará corrigir essa deficiência.

As iniciativas tendentes à popularização da ciência terão muito a ganhar com a colaboração ainda mais decidida dos órgãos de comunicação, do que tem ocorrido até agora. Entre outras providências que a Academia de Ciências da Bahia deverá incentivar, estará o preparo de profissionais especializados no jornalismo científico.

A crescente complexidade das providências referentes à organização, ao planejamento e ao financiamento das entidades encarregadas de pesquisas científicas e tecnológicas e da formação dos pesquisadores, vem exigindo a colaboração de gestores que conheçam o assunto em profundidade. É esse mais um importante item a ser apreciado pela futura Academia de Ciências. Em virtude do exposto acima, cabe resumir nos seguintes termos os objetivos dessa Academia a ser criada:

- a) incentivar a realização, entre nós, de pesquisas sobre temas relevantes de ciência e de tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas;
- b) estimular a formação de pesquisadores, preferentemente, em instituições universitárias que possuam ou aspirem criar tradição em linhas de investigação de reconhecida importância, situadas nas fronteiras do conhecimento e que se apliquem às tecnologias consideradas “de ponta” no momento dado;
- c) analisar em profundidade a “lei da inovação” na pesquisa científica e tecnológica junto ao ambiente produtivo nacional;
- d) estimular o ensino das ciências em todas as idades, com a metodologia e os materiais ajustados às peculiaridades dos alunos;



- e) servir de elo entre cientistas e instituições locais, de um lado, e, de outra parte, junto a entidades projetadas nacional e internacionalmente, visando a troca de informações em caráter pessoal e a criação de oportunidades para trabalhos em parceria;
- f) apoiar decididamente iniciativas que visem a popularização da ciência em termos corretos, quer na área do jornalismo científico, como pela organização de museus de ciência e tecnologia com feitiço didático;
- g) priorizar a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens a), b), c), d), e) e f) acima enunciados;
- h) identificar e apoiar projetos técnico-científicos que contribuam para a inclusão social;
- i) ocupar-se com a criação de oportunidades de emprego para os cientistas com a formação adequada, particularmente para os que se disponham a trabalhar sob o regime de dedicação exclusiva;
- j) apoiar instituições encarregadas do registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.

Bahia, julho de 2010.

Roberto Figueira Santos

Ações Preparatórias

REUNIÕES PRÉ- INSTALAÇÃO

Maio de 2010 a Maio de 2011

Data	Local	Temas discutidos nas reuniões pré-instalação
10/05/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Forma de eleição para novos membros. Números de Membros Titulares. Temas para seminários. Itens do Estatuto que se destinam às finalidades da ACB, tais como: incentivar a realização de pesquisa sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, estimular a formação de novos pesquisadores que tenham como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado da Bahia.
24/05/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Princípios éticos da ACB. Apoio a projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social. Iniciativas para a popularização da ciência. A ACB como elo entre cientistas de instituições locais, entidades nacionais e internacionais. Leitura e revisão do Estatuto.
16/06/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	A Academia de Ciências da Bahia funcionará nas instalações da sede da FAPESB. Aprovação do Estatuto da ACB.



12/07/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Providências para o registro de pessoa jurídica da ACB em cartório.
02/08/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Presença do Dr. Roberto Paulo Machado Lopes, Diretor Geral da FAPESB. Designado o local de funcionamento da ACB na sede da FAPESB. Solenidade de instalação no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Elaboração do site da ACB.
23/09/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Relatos da Bel ^a . Aline Rodrigues sobre registro da ACB. Símbolos Heráldicos. Preparativos para o evento de instalação da ACB.
20/12/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Calendário das reuniões plenárias para o ano de 2011.
07/02/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Distribuição de exemplares do Estatuto da ACB aos Membros Titulares. Datas das conferências dos Profs. Nadia Hage Fialho e Maurício Barreto. Providências para criação da homepage da ACB.

23/02/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Comparecimento do Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Deputado Paulo Câmara. Agradecimento do Presidente e membros da ACB pelo apoio da Secretaria.
15/03/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Reunião administrativa na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).
01/06/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Solenidade de instalação na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).



A t a d e F u n d a ç ã o

ATA DE FUNDAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

17 de Setembro, 2010

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dez, nesta cidade de Salvador, Estado da Bahia, à Rua Aristides Novis, nº 202, Colina de São Lázaro, salão Lazareto, às 15:00 horas, reuniram-se os cientistas que assinam esta ata e o anexo livro de presença, com o propósito de fundarem a ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA. Dando início aos trabalhos, a professora Eliane Elisa de Souza e Azevedo pediu aos presentes que indicassem um dos fundadores da Academia para presidir a reunião e sugeriu o nome do professor Roberto Figueira Santos para assumir essa função. Tendo sido o nome aceito pelos presentes, o Professor Roberto Santos agradeceu a indicação e assumiu a presidência da reunião. Em seguida, sugeriu que a senhora Paola Publio secretariasse a sessão e redigisse a respectiva ata. Iniciados os debates, todos os presentes se manifestaram em favor da fundação da ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA, com a sigla ACB. Na sequência dos trabalhos, o professor Edivaldo Machado Boaventura apresentou a minuta de um documento que, depois de apreciado pelos presentes e de receber as devidas emendas, veio a ser aprovado e transformado no Estatuto da Academia. Os sessenta e cinco artigos constantes do Estatuto dispõem sobre os seguintes assuntos: a) a Academia de Ciências da Bahia (ACB), entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem conotação política ou religiosa, reger-se-á pelo seu próprio Estatuto, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento das ciências básicas e aplicadas, incentivando a realização de pesquisas e estudos sobre temas relevantes da Ciência e da Tecnologia; b) a ACB, com tempo indeterminado de existência, terá sede na Rua Aristides Novis, número 202, Colina de São Lázaro, Cidade do Salvador e foro na Capital do



Estado da Bahia; c) a fim de constituir o seu patrimônio, a ACB receberá: doações, subvenções, dotações orçamentárias e pagamentos de anuidades de seus Membros; d) os Membros da ACB pertencerão às seguintes categorias: Titulares, Correspondentes, Eméritos e Benfeitores; e) a ACB será constituída pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Diretor, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; f) farão parte do Conselho Diretor da ACB: o Presidente, o Vice-Presidente, três Membros Titulares e mais quatro Membros escolhidos nos termos do artigo 37 do Estatuto. A seguir, o Presidente da reunião apontou a necessidade da apreciação dos nomes dos dirigentes e dos membros que comporão o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal da Academia. O professor Armênio Guimarães apresentou uma chapa da qual constam os seguintes fundadores: 1) para Presidente, o Professor Roberto Figueira Santos, médico, professor universitário, portador da carteira de identidade número 181778-75 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 000.659.865-04, residente e domiciliado à Rua Basílio Catalá de Castro, nº 346, Condomínio Quinta do Candeal, Salvador- Bahia, CEP 40296-730; 2) para Vice-Presidente, o Professor Edivaldo Machado Boaventura, bacharel em direito, professor universitário, Presidente da Academia de Letras da Bahia, portador da carteira de identidade nº 269.839, inscrito no CPF/MF nº 000.024.105/91, residente e domiciliado à Rua Dr. José Carlos, nº 99, Edifício Parque das Mangueiras, apartamento 801, Acupe de Brotas, CEP 40290-040, Salvador-Bahia; 3) para o Conselho Diretor, os professores Zilton Andrade, Nadia Hage Fialho, Jailson Bittencourt de Andrade e Olival Freire Junior; 4) para o Conselho Fiscal: os professores Bernardo Galvão Filho, Maurício Barreto e Robert Verhine. Para diretor Executivo da Academia, a professora Eliane Elisa de Souza e Azevedo indicou o nome do professor Armênio Costa Guimarães, médico, professor universitário, portador da carteira de identidade nº 03892621, SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 000.330.735-20, residente e domiciliado à Rua Gua-

dalajara, nº 841/101, Morro do Gato, Ondina, CEP 40140-460, Salvador- Bahia. Não havendo sido propostos outros nomes para as funções de direção da Academia, foram apreciados os constantes da chapa citada. Aprovados por unanimidade foram todos empossados nos termos do Estatuto. Na sequência dos trabalhos, o Presidente da sessão franqueou a palavra aos Membros da Academia. Não havendo oradores, o Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos por quinze minutos, para que fosse lavrada a respectiva ata. Decorrido o tempo previsto, foram reabertos os trabalhos para a leitura, a discussão e a votação desta ata que, após aprovada, será assinada por todos os presentes.

Salvador, 17 de setembro de 2010.

Roberto Figueira Santos

Presidente

Edivaldo Machado Boaventura

Vice-Presidente

Armênio Guimarães

Diretor Executivo

Aline Rodrigues

Advogada da ACB

Zilton de Araújo Andrade

Nadia Hage Fialho

Olival Freire Júnior

Jailson Bittencourt de Andrade

Conselho Diretor

Bernardo Galvão C. Filho

Maurício Barreto

Robert Verhine

Conselho Fiscal



Estatuto

ESTATUTO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art.1º - A ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA, neste Estatuto designada simplesmente como ACB, fundada em 17 de setembro de 2010, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, é uma entidade sem fins econômicos que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia como fator essencial ao bem estar social no País, e, particularmente, no Estado da Bahia.

§ 1º - A ACB terá sede e foro na Rua Aristides Novis, nº 202, Colina de São Lázaro, sala F, Federação, na Cidade de Salvador, CEP: 40210720, Estado da Bahia.

§ 2º - A ACB não realizará nem se associará a atividades político-partidárias ou religiosas confessionais, de nível nacionais ou internacionais.

Art.2º - A ACB, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, atendendo às normas legais vigentes no País e ao disposto neste Estatuto.

Art.3º - A ACB é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sendo indeterminados os seus prazos de duração e de funcionamento.

Art.4º - A ACB não faz distinção de etnias, de gênero ou de credo, a ACB tem como finalidades:



- a) incentivar a realização de pesquisa sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas no Estado da Bahia;
- b) estimular a formação de pesquisadores;
- c) realizar estudos sobre temas relevantes da Ciência e Tecnologia e que tenham como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado da Bahia;
- d) analisar em profundidade e promover a aplicação das leis de inovação estadual e federal na pesquisa científica e tecnológica, junto ao ambiente produtivo nacional;
- e) estimular o aperfeiçoamento do ensino das ciências em todas as idades, com a metodologia e os materiais ajustados às peculiaridades dos alunos;
- f) servir de elo entre cientistas de instituições locais e com entidades projetadas nacional e internacionalmente, visando a troca de informações em caráter pessoal, assim como a criação de oportunidades para trabalhos em parcerias;
- g) apoiar iniciativas que visem a popularização da ciência.
- h) priorizar a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens a), b), c), d), e) e f) acima enunciados;
- i) dar apoio a projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social;
- j) ocupar-se com a criação de oportunidades e facilidades para cientistas que tenham formação adequada, preferentemente para os que se disponham a trabalhar em regime de dedicação exclusiva;
- k) apoiar o registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.
- l) posicionar-se em defesa da ética, da integridade científica e do controle social da pesquisa em humanos e em animais.

Parágrafo Único - As normas para a consecução dos princípios fixados neste artigo serão prescritas nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias e avisos.

Art.5º - A ACB poderá manter uma seção gráfica para impressão de circulares, anais de reuniões científicas e outros itens.

Art.6º - A ACB procurará organizar e enriquecer biblioteca especializada em livros, revistas e documentos sobre a história da ciência, particularmente no que diz respeito às relações entre o desenvolvimento tecnocientífico e a melhoria da qualidade de vida no Brasil e na Bahia.

Art.7º - A ACB não realizará e nem se associará a atividades científicas ou tecnológicas de caráter bélico, assim como que atentem contra a vida ou que possam ameaçar as reservas naturais biológicas.

Art.8º - A ACB poderá realizar convênios, contratos ou acordos com instituições públicas e privadas de caráter estadual, nacional e internacional para a realização de projetos, estudos e outras atividades de natureza tecnocientífica ou cultural.

§ 1º - A ACB procurará manter estreitos vínculos com associações científicas, educacionais e culturais do País, especialmente com a Academia Brasileira de Ciências e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

§ 2º - A ACB procurará manter cooperação com entidades congêneres nacionais e estrangeiras que estejam empenhadas no progresso da ciência para o bem-estar da humanidade.



§ 3º - A ACB procurará manter estreita colaboração com o Governo do Estado da Bahia, em particular com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), além de outros órgãos encarregados de planejar, orientar, avaliar, executar e financiar o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, de forma a levar às autoridades públicas a opinião das lideranças científicas do Estado da Bahia nela congregadas.

Art.9º - A ACB, por decisão do seu Conselho Diretor, poderá instalar sedes regionais no Estado da Bahia que estejam fora da Cidade do Salvador.

Parágrafo único - Cada sede regional será dirigida por um Diretor Regional, eleito pelos Membros Titulares cadastrados na respectiva sede regional, em eleição organizada pela Diretoria Executiva da ACB.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art.10º - A organização e o funcionamento da ACB obedecerão à legislação vigente e às normas constantes deste Estatuto e do Regimento.

Art.11º - As obrigações contraídas pela ACB não se estendem aos seus Membros nem com eles criam vínculo de solidariedade. As rendas e os recursos financeiros, inclusive os provenientes das obrigações que assumir, serão exclusivamente empregados na realização de suas finalidades.

CAPÍTULO III - DAS PUBLICAÇÕES DA ACB

Art.12º - A ACB fará publicar trabalhos científicos sob a forma de publicações seriadas e avulsas.

§ 1º - As publicações serão da responsabilidade da Diretoria Executiva da ACB assessorada, se necessário, por uma Comissão Editorial indicada pelo Conselho Diretor.

§ 2º - As publicações da ACB poderão ser vendidas ou intercambiadas de forma a proporcionar fundos destinados à sua continuidade.

TÍTULO II - DOS MEMBROS DA ACB

CAPÍTULO I - CLASSIFICAÇÃO

Art.13º - Os Membros da ACB se distribuirão entre as seguintes categorias:

- a) Membros Titulares;
- b) Membros Correspondentes nacionais e estrangeiros;
- c) Membros Eméritos;
- d) Membros Benfeitores.

§ 1º - Nos primeiros cinco anos de funcionamento da Academia, não haverá limitação quanto ao número de Membros das diferentes categorias.

§ 2º - A cada cinco anos subsequentes, a Assembleia Geral definirá o número de Membros Titulares nas diferentes áreas com os quais funcionará a Academia.



§ 3º - Os Membros Titulares integrarão uma das seguintes áreas: a) Ciências Exatas e da Terra; b) Ciências da Vida; c) Ciências Humanas e Sociais; d) Filosofia, Ensino, Divulgação e Gestão das Ciências.

Art.14º - Os Membros Titulares serão cientistas radicados no Estado da Bahia, de consagrado conceito nacional e internacional.

Parágrafo Único - As propostas para a indicação de novos Membros Titulares deverão ser assinadas por dois ou mais Membros de igual categoria, em formulário próprio e analisado pela Comissão de Seleção indicada pelo Conselho Diretor da ACB e submetida à eleição pelo plenário dos titulares.

Art.15º - Os Membros Correspondentes nacionais e estrangeiros serão cientistas de consagrado conceito nacional e internacional radicados em outros Estados do País ou no exterior e que hajam produzido excepcionais contribuições à Ciência, especialmente quando os seus trabalhos hajam sido de especial relevo para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado da Bahia.

Parágrafo único - As propostas para a seleção de Membros Correspondentes serão feitas na forma prevista no parágrafo único do artigo anterior.

Art.16º - Os Membros Eméritos serão escolhidos entre os Titulares que tenham prestado relevantes e excepcionais serviços à Ciência nacional e internacional e, particularmente, à ACB.

Parágrafo único - A proposta para a concessão do título de Emérito deverá ser subscrita por mais de 50% dos Membros Titulares ou poderá resultar de sugestão unânime do Conselho Diretor, aprovada em Assembléia Geral.

Art.17º - Os Membros Benfeitores serão pessoas ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que fizerem doações e contribuições excepcionalmente valiosas à ACB, mediante proposta aprovada pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO II - DIREITOS E DEVERES

Art.18º - São direitos dos Membros da ACB:

- a) frequentar as reuniões promovidas ou co-patrocinadas pela ACB;
- b) receber as publicações oficiais da ACB;
- c) votar quando convocados pelo Presidente da ACB;
- d) gozar das vantagens que lhe forem proporcionadas pelo presente Estatuto.

§ 1º - Somente os Membros Titulares têm direito a voto nas eleições para a escolha de novos Membros Correspondentes, eméritos e benfeitores, assim como, na escolha dos integrantes do Conselho Diretor.

§ 2º - Os Membros Correspondentes, Eméritos e Beneméritos estão isentos de pagamento da anuidade.

Art. 19º - São deveres dos Membros da ACB:

- a) cumprir as disposições estatutárias;
- b) pagar a anuidade estipulada pelo Conselho Diretor, por proposta da Diretoria Executiva;
- c) manter seu cadastro atualizado junto à Diretoria Executiva.



TÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO DA ACB

CAPÍTULO I - NOMENCLATURA

Art.20º - São órgãos de gestão da ACB:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho Diretor;
- c) a Diretoria Executiva;
- d) o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art.21º - A Assembleia Geral, constituída pelos associados, é o poder máximo da ACB, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Somente poderão participar da Assembleia Geral e de outras eleições com voz e voto, os Membros que estiverem em pleno gozo de seus direitos estatutários e que façam parte da listagem organizada periodicamente pela Diretoria Executiva.

§ 2º - Cada Membro integrante da Assembleia Geral terá direito a um voto.

Art.22º - Somente poderão participar da Assembleia Geral associados que não estejam cumprindo qualquer tipo de penalidade.

Art.23º - A Assembleia Geral deve ser convocada pelo Presidente da ACB com antecedência mínima de quinze dias.

Parágrafo único - Os editais de convocação serão divulgados por correspondência, telefone, correio eletrônico, anúncio em jornal

ou na página eletrônica da ACB, e neles deverão constar, obrigatoriamente, a data, a hora, o local e os assuntos a serem tratados, bem como a relação dos Membros em condições de participar da Assembleia.

Art.24º - Poderão solicitar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária:

a) 1/5 (um quinto) dos Membros em pleno gozo de seus direitos estatutários conforme o disposto (no § 1º do Art.30);

b) o Presidente do Conselho Fiscal;

I - A solicitação deverá ser feita por escrito ao Presidente da ACB com as assinaturas dos solicitantes, devendo ser informada, obrigatoriamente, a matéria a ser tratada, acompanhada de exposição fundamentada.

II - De posse da solicitação, o Presidente da ABC fará a convocação da Assembleia dentro de cinco dias, nos termos estabelecidos pelo Estatuto.

III - Decorrido o prazo de cinco dias e não tendo sido feita a convocação, quem a tenha solicitado poderá fazê-la, preenchendo as formalidades imprescindíveis e estatutárias.

Art.25º - A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação com a presença da maioria dos seus Membros em pleno gozo dos respectivos direitos e, após meia hora, em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número dos Membros em pleno gozo de seus direitos, exceto na hipótese prevista no inciso V do Art. 30º deste Estatuto.



Parágrafo único - A Assembleia Geral poderá realizar-se por meio de teleconferência e suas votações poderão ser feitas por correspondência postal, correio eletrônico ou teleconferência, desde que assim conste do edital.

Art.26º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da ACB ou por seu substituto legal, exceto nas ocasiões em que forem julgadas as respectivas contas e relatórios, ou quando se tratar de assuntos de interesse direto da diretoria, caso em que a Assembléia será presidida por um membro eleito pelos presentes, sem que o escolhido perca o seu direito a voto.

Art.27º - A Assembleia Geral será secretariada por membro indicado pelos presentes, sem que o escolhido perca o seu direito a voto.

Art.28º - Somente poderão tomar parte nas Assembleias Gerais, os Membros que estiverem com suas situações regularizadas perante a ACB.

Art.29º - São atribuições da Assembleia Geral:

I - empossar o Presidente e o Vice-Presidente da ACB, escolhidos entre os Membros titulares que estejam com a sua situação regular perante a instituição;

II - eleger os Membros do Conselho Diretor da ACB;

III - eleger os Membros do Conselho Fiscal;

IV - aprovar as contas e o relatório anual da Diretoria;

V- reformar o Estatuto, no todo ou em parte, de acordo com a lei vigente, por iniciativa própria ou proposta do Presidente,

mediante o voto concorde de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos Membros Titulares presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Membros Titulares, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes;

VI - interpretar o Estatuto em última instância;

VII - funcionar como órgão normativo, desde que para tanto seja convocada;

VIII - interromper, após esgotadas todas as fundamentações e recursos, por decisão de 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade dos Membros com direito a voto, o mandato dos integrantes de qualquer dos órgãos da ACB, reservando-lhes o direito de defesa;

IX - delegar poderes especiais ao Presidente para, em nome da ACB, praticar atos que escapem à competência privativa da Presidência;

X - prorrogar, em caráter extraordinário, por prazo determinado e não superior a 12 (doze) meses, os mandatos dos Membros do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente, e do Diretor-Executivo;

XI - Analisar a aplicação da penalidade de exclusão de qualquer membro, (conforme o Art. 56º §8).

Art.30º - Compete à Assembleia Geral:

I - reunir-se, ordinariamente, no mês de março de cada ano, para julgar as contas e os relatórios do exercício anterior e bem assim a previsão orçamentária do ano que se inicia. A cada biênio serão



empossados os Membros recém-eleitos do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor.

II - reunir-se extraordinariamente, sempre que regularmente convocada.

Art.31º - As eleições serão realizadas a cada dois anos.

§ 1º - As eleições para os cargos de Membros do Conselho Diretor (titulares e suplentes) e dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Fiscal serão convocadas mediante edital fixado na sede e enviado por correspondência postal, ou pelo correio eletrônico e serão realizadas por escrutínio secreto, por votação aberta, por teleconferência, pelo correio eletrônico ou mediante correspondência postal, procedendo-se, em caso de empate na apuração dos votos, a um segundo escrutínio entre as propostas com maior número de votos. Se após novo escrutínio, verificar-se outro empate, será considerado eleito o candidato mais idoso dentre aqueles cuja votação esteja empatada.

§ 2º - Quando se apresentar uma única chapa, aos diversos cargos, poderá ser admitida votação por aclamação.

Art.32º - Serão considerados eleitos os candidatos participantes da Assembleia Geral que obtiverem a maioria simples de votos dos Membros com direito a voto

Art.33º - Poderão ocupar cargos nos órgãos gestores da ACB, quaisquer Membros Titulares em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ 1º - A participação de estrangeiros nos poderes da ACB está condicionada ao cumprimento da legislação brasileira sobre estrangeiros.

Art.34º - No caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá a Presidência da ACB o Vice-Presidente, que deverá convocar dentro de 90 (noventa) dias a Assembleia Geral para proceder a nova eleição de Presidente, a fim de que se complete o prazo do mandato.

Parágrafo único - Se a vaga do Presidente da ACB se verificar nos 6 (seis) últimos meses de seu mandato, o Vice-Presidente completará o tempo restante.

Art.35º - As deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas por maioria dos votos dos presentes, salvo exigência estatutária de “quorum” especial.



CAPÍTULO III - DO CONSELHO DIRETOR

Art.37º - O Conselho Diretor será constituído por Membros Titulares e terá a seguinte composição:

- a) Presidente da ACB;
- b) Vice-Presidente da ACB;
- c) três Membros Titulares, independentemente das áreas a que pertençam, eleitos pelo conjunto dos Titulares;
- d) quatro Membros, um de cada área a que se refere o § 2º do artigo 13, eleitos pelos cadastrados nas respectivas áreas;

§ 1º - O mandato dos Membros referidos nas alíneas *a* e *b* deste artigo, será de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - O Presidente e o Vice-Presidente da ACB serão escolhidos pelos Membros Titulares da Academia, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução sucessiva.

Art.38º - Compete ao Conselho Diretor:

- a) analisar e decidir sobre atividades propostas pelo Presidente, pelos Membros do Conselho Diretor ou por outros associados da ACB e aprovar os programas de atividades anuais e plurianuais;
- b) escolher o Diretor Executivo;
- c) aprovar o orçamento anual ou plurianual encaminhado pela Diretoria Executiva;
- d) realizar ou fazer realizar análise para eventual aprovação do relatório das atividades e das prestações de contas apresentadas pela Diretoria Executiva;
- e) organizar a lista de candidatos às diferentes categorias de Membros apresentada pela Comissão de Seleção ou pela Diretoria Executiva, para eleição pela Assembleia Geral;
- f) dar posse aos novos Membros da ACB;
- g) dar cumprimento às disposições estatutárias e decidir os casos omissos.

PRESIDENTE

Parágrafo único - Em caso de empate na votação, proceder-se-á a novo escrutínio. Se confirmado o empate, será escolhido o mais idoso dentre os que alcançarem maior votação.

Art. 39º - O presidente será eleito em reunião plenária dos Membros Titulares, por maioria de votos dos que estejam em dia com as obrigações constantes deste estatuto.

Art.4º - Compete ao Presidente da ACB:

I - cumprir e fazer cumprir as leis do País, o Estatuto e o Regimento Interno da ACB;

II - representar a ACB pessoalmente ou por mandato seu, em juízo ou fora dele, ou designar, expressamente, quem a represente em seu nome;

III - presidir as reuniões do Conselho Diretor;

IV - presidir as sessões plenárias dos Membros Titulares da ACB;

V - presidir a Assembleia Geral;

VI - nomear o Diretor Executivo escolhido pelo Conselho Diretor;

VII - exercer as funções executivas e administrativas estabelecidas nas leis e demais normas vigentes;

VIII - apresentar, anualmente, à Assembleia Geral relatório administrativo das atividades da ACB; e ao Conselho Fiscal, uma exposição sucinta do movimento econômico, financeiro e administrativo, acompanhado do balanço geral, tudo correspondendo ao exercício anterior;

IX - convocar as Assembleias Gerais, sejam Ordinárias ou Extraordinárias;

X - assinar com o Diretor Executivo os balancetes mensais, o balanço anual e todos os documentos de receita e despesa da ACB, inclusive cheques;



XI - guardar e conservar os bens móveis e imóveis da ACB, assim como aliená-los, quando devidamente autorizado pela maioria dos Membros Titulares;

XII - autorizar os pagamentos da ACB;

XIII - resolver, diretamente, *ad-referendum* da Assembleia Geral, os casos urgentes da administração e da defesa dos interesses da ACB e praticar todo e qualquer outro ato da administração não previsto neste Estatuto;

XIV - autorizar a contratação e demissão de funcionários e assistentes;

XV - convocar o Conselho Fiscal, quando necessário;

XVI - propor à Assembleia Geral a reforma do Estatuto;

XVII - citar, fixar e rever o regimento de custas e taxas;

XVIII - adotar as medidas necessárias, solicitando, se for o caso, o auxílio das autoridades policiais e jurídicas, para impedir o desvirtuamento e manter a moral no seio da ACB, especialmente contra o funcionamento de pessoas físicas que não atendam ao que prescreve a legislação;

XIX - presidir as reuniões de diretoria com direito a voz e voto, inclusive o de qualidade em caso de empate;

XX - apreciar a exclusão de membro inadimplente.

Art.41º - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelo Vice-Presidente, em sua falta, pelo membro mais idoso do Conselho Diretor.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.42º - A Diretoria Executiva compor-se-á de um Diretor Executivo, indicado pelo Conselho Diretor e nomeado pelo Presidente, e por uma Secretaria a ele subordinada, composta a seu critério, dentro dos recursos fornecidos pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único - A critério do Conselho Diretor, poderá ser nomeado um Diretor Executivo Adjunto ou vários, se necessário, com o objetivo de colaborar com o Diretor Executivo, substituindo-o, na sua ausência, para todos os efeitos legais.

Art.43º - O Diretor Executivo deverá ser cientista ou administrador universitário de altos predicados e experiência nacional e internacional em um dos campos da ciência básica ou aplicada, ou especialista em gestão e divulgação da ciência.



Art.44º - Compete ao Diretor Executivo:

- a) secretariar as reuniões do Conselho Diretor;
- b) executar a política de ação traçada pelos Estatutos em geral e pelo Conselho Diretor em particular, consubstanciadas em programas anual e plurianual;
- c) organizar e dirigir a Secretaria da ACB admitindo pessoal para os diferentes serviços e atividades acadêmicas, dentro dos limites orçamentários autorizados pelo Conselho Diretor;

- d) organizar eleições e demais atividades e solenidades acadêmicas;
- e) participar da elaboração de contratos, convênios, acordos e demais instrumentos necessários à execução dos programas anual e plurianual, elaborados pelo Conselho Diretor;
- f) movimentar contas bancárias, assinar cheques juntamente com o Presidente, assinar recibos e demais instrumentos necessários à vida financeira da ACB, assessorado pelas diferentes seções da Secretaria;
- g) contratar, suspender ou demitir funcionários da ACB, de acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho;
- h) autorizar pagamentos e assinar cheques juntamente com o Presidente;
- i) fiscalizar a escrituração da seção Contábil;
- j) produzir as publicações da ACB, com a possível ajuda de um Comitê Editorial, a critério do Conselho Diretor;
- k) apresentar ao Conselho Diretor, para fins de aprovação, o relatório anual de atividades e a prestação de contas;
- l) manter cadastro atualizado dos associados através de recadastramento anual, mediante informações solicitadas por correspondência postal ou por correio eletrônico e edital anunciado em página eletrônica ou outros meios;
- m) providenciar a cobrança da anuidade dos associados;
- n) organizar anualmente e comunicar ao Conselho Diretor a listagem de associados em pleno gozo de seus direitos estatutários (observado o disposto no Art.20º);
- o) submeter ao juízo e decisão do Conselho Diretor os casos excepcionais ou não previstos nos Estatutos e Regimento da ABC.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art.45º - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e acompanhamento da administração e da gestão financeira da ACB, compõe-se de 3 (três) Membros Efetivos e 1 (um) Membro Suplente, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pela Assembleia Geral, não podendo ser ascendente, descendente, cônjuge, irmão, padrasto ou enteado do Presidente, coincidindo o seu mandato com os dos demais encarregados da gestão da ACB.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus Membros, devendo, na primeira reunião, eleger o seu Presidente.

§ 2º - Compete ao Presidente designar o suplente que substituirá o membro efetivo nos casos de licença ou impedimento.

§ 3º - Compete ao Conselho Fiscal aprovar o seu Regulamento Interno.

§ 4º - Ao Conselho Fiscal compete, além do disposto na legislação vigente, e na forma do Regimento Interno da ACB, o seguinte:

- a) Examinar mensalmente os livros, documentos e balancetes.
- b) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária, parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da ACB, assim como sobre o resultado da execução orçamentária ordinária do exercício anterior.
- c) Fiscalizar o cumprimento das deliberações dos órgãos públicos competentes.
- d) Denunciar à Assembleia Geral erros administrativos ou qualquer violação da lei e deste Estatuto, sugerindo as me-



didadas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora.

- e) Reunir-se ordinariamente, 1 (uma) vez por trimestre e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente, ou de 2/3 (dois terços) dos Membros da Assembleia Geral, ou do Presidente da ACB.
- f) Emitir parecer sobre o orçamento anual antes de iniciar-se o ano financeiro correspondente, e sobre abertura de créditos adicionais.
- g) Emitir parecer sobre o recebimento de doações ou legados e, se for o caso, autorizar a sua conversão em dinheiro.

Art.46- O Presidente do Conselho Fiscal poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária quando ocorrer motivo grave ou urgente.

TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I - DO ORÇAMENTO

Art.47º - ACB terá, anualmente, um orçamento de receita e de despesas, que deverá ser elaborado pelo Presidente e pelo Diretor Executivo.

Art.48º - O orçamento deverá ser aprovado pelo Conselho Fiscal e homologado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art.49º - A ACB terá seu patrimônio constituído por:

- a) doações de particulares, instituições públicas ou privadas, cuja aceitação dependerá da aprovação do Conselho Diretor;
- b) taxas, mensalidades, anuidades e demais contribuições estatutárias ou voluntárias de seus Membros;
- c) bens móveis e imóveis adquiridos pela ACB mediante movimentação de seus diferentes recursos, inclusive de alugueres derivados de imóveis ou fontes diversas;
- d) recursos obtidos a partir de contratos, convênios ou acordos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento das atividades previstas nestes Estatutos.

Art.50º - No caso de dissolução da ACB, seu patrimônio será entregue à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, ou para outras instituições que tenham o mesmo propósito da ACB.



CAPÍTULO III - DAS DESPESAS

Art.51º - Constituem despesas da ACB:

I - impostos, aluguéis, taxas, luz, água, telefone, correios e prêmios de seguros;

II - ordenados e salários de funcionários;

III- honorários por serviços prestados por pessoa física ou jurídica;

IV- contribuições, taxas, quotas e multas;

V- compra de materiais diversos;

- VI - material de expediente;
- VII - despesas com locomoção de diretores;
- VIII - doações diversas;
- IX - aquisição de móveis e utensílios;
- X - aquisição de troféus, medalhas, diplomas e prêmios em geral;
- XI - aquisição, nos termos deste Estatuto, de imóveis e títulos de rendas;
- XII - outras despesas não constantes deste artigo.

Parágrafo único - Nenhum pagamento poderá ser realizado sem que o documento seja visado pelo Presidente e pelo Diretor Executivo ou, nos seus impedimentos, pelos seus substitutos legais.

TÍTULO V - DA LEGISLAÇÃO

CAPÍTULO I - DAS LEIS

Art.52º - O presente Estatuto é a lei básica da ACB.

Art.53º - A reforma do Estatuto dar-se-á com a aprovação da Assembleia Geral, que deverá ser convocada especialmente para este fim, (prescrito o prazo legal, em conformidade com este Estatuto).

Art.54º - As deliberações, resoluções, portarias e circulares terão aplicabilidade no que couber e no que se referir ao objeto do presente Estatuto.

CAPÍTULO II - DOS REGULAMENTOS

Art.55º - A ACB baixará regulamentos de natureza administrativa e técnica.

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

Art.56º - As pessoas físicas direta ou indiretamente subordinadas à ACB estarão sujeitas às seguintes penalidades, além das estabelecidas em códigos especiais e na legislação vigente:

- a) Advertência;
- b) Censura escrita;
- c) Multa;
- d) Suspensão;
- e) Exclusão.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Para a aplicação das penas previstas neste artigo se faz necessário a prévia notificação pela ACB, para que seja apresentada defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias, ficando a critério das Diretorias a exigência de provas externas.

§ 3º - O prazo para instrução do processo administrativo não poderá exceder de 15 (quinze) dias.

§ 4º - Sob pena de deserção, é obrigatório o pagamento da taxa de recurso estabelecido no Regimento de custas ou pelas leis de códigos especiais.



§ 5º - O processo administrativo de que trata o § 1º deste artigo, será instaurado pelo Conselho Diretor e será feito por uma Comissão de três pessoas, Membros ou não da ACB, indicados pelo Conselho Diretor que escolherá o Presidente dessa Comissão. A Comissão terá um prazo de 60 dias após sua instalação, prorrogáveis por mais 60 dias, para analisar os acontecimentos e exarar um parecer circunstanciado.

§ 6º - Caberá ao Conselho Diretor analisar o parecer, no prazo máximo de 30 dias, e decidir sobre a aplicação ou não das penalidades referentes às alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *d)*.

§ 7º - No caso do parágrafo anterior, o Presidente comunicará por escrito ao membro a decisão do Conselho Diretor, cabendo recurso da decisão que será encaminhado à Assembleia Geral para análise e decisão final.

§ 8º - Caso o Conselho Diretor entenda que deverá ser aplicada a penalidade referida na alínea *e)*, este processo deverá ser discutido em Assembleia Geral a qual caberá a decisão final.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

§ 1º - A ACB funcionará, provisoriamente, na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), até que sejam inauguradas as instalações do Parque Tecnológico da Bahia, quando, atendendo a convite da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTI), ocupará a sua sede definitiva.

Art. 57º - Os Membros Titulares da ACB não serão responsáveis subsidiariamente por atos praticados pelo Conselho Diretor ou pela Diretoria Executiva.

Art.58º - Os casos de maior relevância, omissos neste Estatuto e resolvidos pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, poderão ser submetidos à apreciação da Assembléia Geral.

Art.59º - A ACB só se obrigará pelos atos de seus administradores quando exercidos nos limites dos poderes definidos neste Estatuto.

Parágrafo único - O direito de anular as decisões que violarem a Lei ou o Estatuto, ou forem eivados de erro, dolo, simulação ou fraude, decairá em 3 (três) anos.

Art.60º - Os cargos da Presidência, Vice-presidência, de outros colegiados e das Comissões são exercidos sem remuneração.

Art.61º - Os novos Membros deverão assinar termo de posse e de aceitação dos Estatutos.

Art.62º - Os Membros Titulares que assinaram a ata de Fundação da ACB têm o título especial de Membro Titular Fundador da Academia de Ciências da Bahia.

Art.63º - A dissolução da ACB só poderá ser decidida pelo voto favorável de, no mínimo, 9/10 (nove décimos) de seus associados em gozo de seus direitos estatutários, em sessão de Assembleia Geral especialmente convocada para este fim (e atendendo o Art. 50º deste Estatuto).

Art.64º - Qualquer caso que eventualmente não esteja compreendido neste Estatuto ou no Regimento da ACB, será resolvido em Assembleia Geral convocada pelo Presidente da ABC.



Art.65º - Este Estatuto e suas modificações devidamente aprovadas pela Assembléia Geral da ACB entram em vigor a partir da data de sua inscrição no Registro Público, ressalvados os direitos de terceiros.

Aprovado em 17 de setembro de 2010.

Roberto Figueira Santos

Presidente

Aline Santos Rodrigues

Advogada

OAB/BA nº: 28284

Símbolos Heráldicos

SÍMBOLOS HERÁLDICOS

Os símbolos da Academia de Ciências da Bahia foram criados, desenhados manualmente e descritos em seus aspectos físicos e simbólicos pelo heraldista Capitão Victor Hugo Carneiro Lopes.

BRASÃO CORPORATIVO



Ciência a Serviço da Humanidade

Descrição Heráldica

Escudo: De cor azul, com uma estrela de seis pontas, centrada em um semicírculo convexo, cujas extremidades ligam-se a duas meias faixas laterais, sendo tudo de prata. Sobre uma asna vermelha perfilada de prata, firmam-se três candeeiros clássicos de ouro, postos em roquete.

Insígnias: Três archotes dispostos em pala, contendo a legenda *Coetui Prosit Scientia*, inscrita em letras romanas, maiúsculas e

do mesmo metal. Tradução literária: “Ciência a serviço da humanidade”. Tradução vocabular: “Ao coletivo sirva a Ciência”. Autor da locução, Professor Francisco Pinheiro de Lima.

Comentário Simbólico

As cores usadas no Escudo, no seu conjunto, identificam a Bahia, nas matrizes de sua Bandeira Republicana vigente, salvo a prata que na Heráldica corresponde ao branco.

As insígnias deste brasão são próprias de entidades acadêmicas, superiores e autônomas, sendo os archotes (COSTON, 1987, p. 120,) de prata, para diferenciarem-se das instituições universitárias. Esta Academia usa igualmente três archotes que, por serem trinos, correspondem, pluralmente, aos numerosos e diversos ramos das ciências em estudo.

No escudo, o vermelho reflete o dilema entre o empenho científico e a ecologia. Este campo limitado pelo perfil angular contém três candeeiros clássicos (GUELF, 1940, p. 348), indicadores da luz da razão humana e são trinários por aludir na heráldica, à pluralidade das ciências. O perfil angular lembra o compasso (PLAYNE, 1965, p. 8) que dá a medida do equilíbrio, e é o limite ecológico no sistema cósmico.

Retrata o azul, o universo sob a vigilância dos pesquisadores eruditos. Nesse campo imensurável, fica em destaque no seu centro, um conjunto simbólico, no qual, o semicírculo alado representa a ave columbiforme, falante da demografia do gênero animal e do bom apoio ecológico que é bem da humanidade.

Essas aves, sob o prisma místico, lembram a pomba que voltou para a arca de Noé com a notícia feliz, do fim do dilúvio e do bom estado da terra.

No centro do semicírculo, destaca-se uma estrela, representante sideral, que clareia e orienta os cientistas para benefício da humanidade, consonante bem expressa o enunciado da divisa desta Academia “Coetui Prosit Cientia” – Ciência a Serviço da Humanidade.

COLAR ACADÊMICO E MEDALHA



Descrição Heráldica

Dourado, formado de várias alegorias alternadas e unidas, cada uma, por duas argolas achatadas que dão mobilidade ao colar. As alegorias iniciais são formadas de um quinquedólio centrado em um círculo. As outras alegorias são constituídas de um archote flamejante, posto entre duas letras “B”, maiúsculas, com as frentes voltadas para o archote. As duas alegorias iniciais, do colar, são

ajustadas por três argolas achatadas, a uma insígnia dourada, que é a Medalha de Mérito da Academia de Ciências da Bahia.

MEDALHA



Comentário Simbólico

Nas alegorias iniciais do colar, o quinquelfólio que é a flor de Nespereira é símbolo do saber com prudência (CONTI, 1921, p. 376). Esta rosa heráldica está no centro de um círculo que é atributo da perfeição e da eternidade, esta, por não apresentar início nem fim (Asencio, 50). O círculo é, também representativo do céu e do mundo (Asencio, 50).

As alegorias contendo o archote indicam as ciências entre duas letras “B” que traduzem neste logotipo, a Bahia no Brasil.

Pendente do colar situa-se a respectiva insígnia constituída da Medalha do Mérito Acadêmico, ou da Academia, também dourada que, neste desenho frontal, apresenta apenas o seu anverso.

A composição completa, da medalha e a sua simbologia será apresentada em separado. Completam o brasão, já aprovado por essa Instituição, os desenhos da bandeira, do estandarte e o sinete, assim descritos:

BANDEIRA



Descrição Heráldica

De uso externo, confeccionada em tecido de “tergal” ou similar, a bandeira terá dimensão básica de pano, 1,20 x 1,50m. e, apresentará sobre o seu campo, as mesmas figuras contidas no escudo do seu brasão, nas mesmas cores, guardadas as devidas proporções. Na bandeira, a cor branca substituirá o matiz prata constante no escudo.

ESTANDARTE



Descrição Heráldica

O estandarte, de uso interno, será confeccionado em tecido de seda, terá de dimensão básica, de pano, 1,20 x 1,50m., sem as franjas e, apresentará o seguinte ordenamento:

- a) Campo: azul, tendo sobre os seus bordos horizontais, bordadura vermelha com 4 mm e um filete branco com 2 mm.
- b) Centro: o escudo e as insígnias da Academia, em suas cores, são centrados por um listel semicircular côncavo, de prata, contendo a divisa acadêmica, em letras romanas, maiúscula e de púrpura.
- c) Inscrições: no espaço superior do campo azul, disposto em arco convexo, o título “Academia de Ciências da Bahia”. Sobre o espaço inferior, em arco côncavo, a data “17 de setembro de 2010”. Ambas inscrições trazem letras romanas, maiúsculas e prateadas.
- d) Franjas e Cordel: limitando os três bordos do pano, está costurada uma franja dourada, com 5 mm de largura.

Projetando a lança da haste do estandarte, figura em cordel ornamental, de ouro, dobrado e costurado a duas bordas do mesmo metal, em suas extremidades.

O estandarte ornamentará o Gabinete do Presidente da Academia, servirá para o cerimonial e, acolherá sobre o ângulo superior do pano, junto à haste, condecorações conferidas a este sodalício.

SINETE



“Carimbo da Academia de Ciências da Bahia”

Descrição Heráldica

De formato circular sendo centrado pelo escudo e as insígnias, em traços vazados, trazendo em volta a inscrição “Academia de Ciências da Bahia” e a data “17 de setembro de 2010”, em letras romanas e maiúsculas.

O desenho do sinete servirá para a confecção de carimbo com 40mm ou 35mm de diâmetro.

Salvador, 06 de agosto de 2012

Victor Hugo Carneiro Lopes

REFERÊNCIAS

CONTE, Piero Guelfi Camajari. *Dizionario Araldico*. Milano: U. Hoepli, 1921.

COSTON, Baron de. *Origem, étymologie et signification des nomes propres et des armoiries*. Paris. 1867.

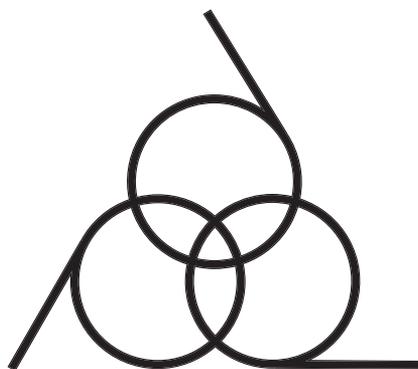
MOYA, Salvador. *Revista Genealógica Brasileira*. Simbologia Heráldica. 15. ed. 1939.

PLAYNE, Baron. *L' Art Heraldique contenan Maniere d'Apprendre facilment le Blason*. Paris, 1965.

TORRES, José de Asencio. *Tratado de Heraldica y Blasón*. Madrid: Madrid, 1929.

LOGOMARCA DAS PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

A logomarca para as publicações da Academia de Ciências da Bahia foi conceitualmente e analogicamente concebida considerando que existem três formas de pensar e criar: a Filosofia, a Ciência e Arte. A Filosofia cria conceitos, a Ciência cria funções (*functivos*) e a Arte cria percepções (*perceptos*) e *afectos*. Estas três formas se entrelaçam, se cruzam, sem síntese nem identificação (garantindo a especificidade de cada uma), e sem prioridade de uma das formas sobre as outras. O pensamento entendido como uma heterogênesse (Deleuze/Guattari).



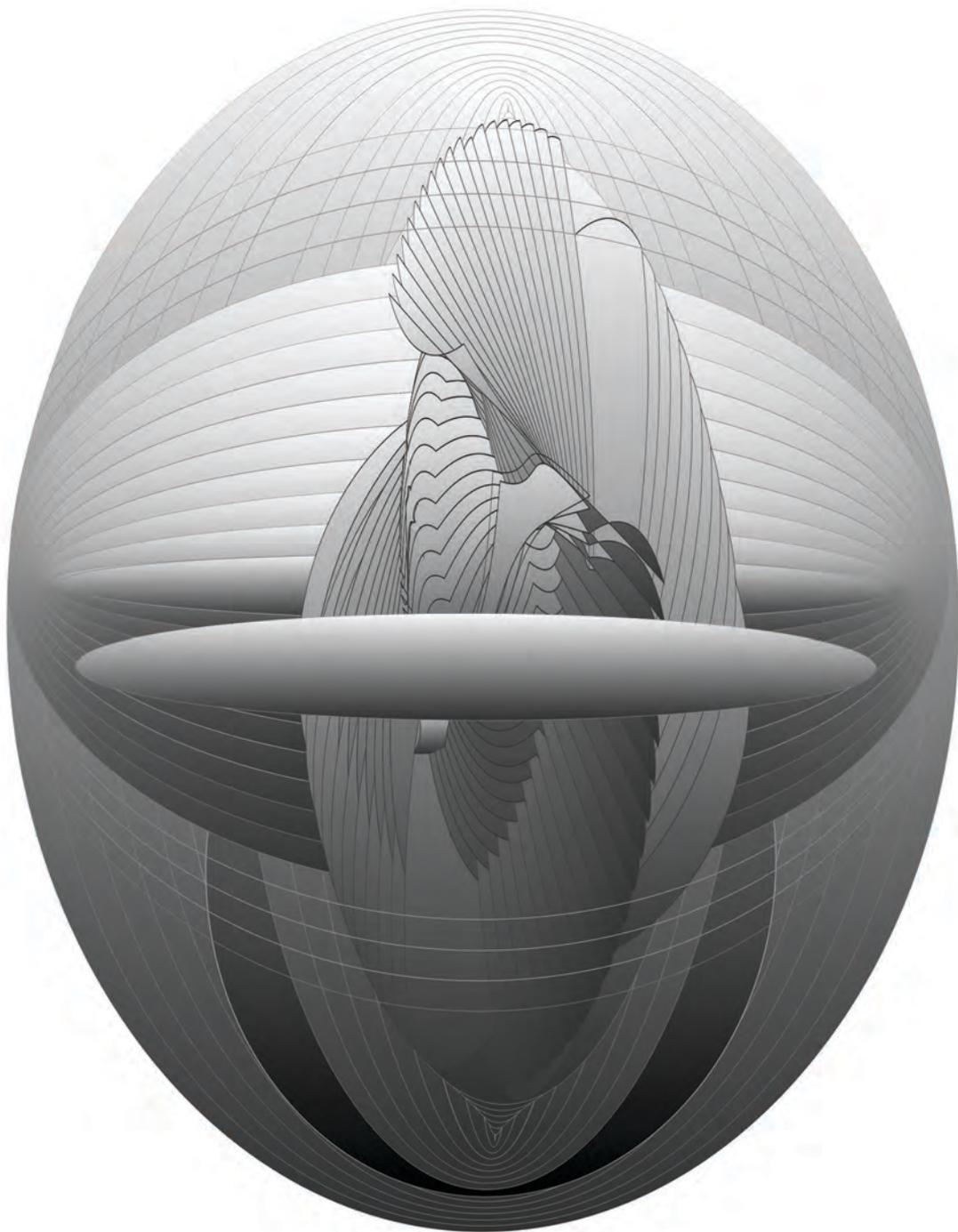
Por sua vez, o CNPq, se estruturou considerando, também, três áreas de conhecimento científico e tecnológico: Ciências da Terra; Ciências da Vida; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As três abrigam conhecimentos específicos e são igualmente importantes.

A logomarca procurou representar cada área de conhecimento por um círculo. Os três círculos se cruzam, se entrelaçam, assegurando a necessária interdisciplinaridade entre essas três áreas

de conhecimento. As tangentes aos círculos, ajudam a criar, plasticamente, uma dinâmica à logomarca, sugerem um triângulo isóscele aberto para o espaço que o circunscribe, espaço ilimitado da criação de conhecimentos.

Salvador 06 de março de 2012

Pasqualino Magnavita



Juarez Paráiso – Interferências VI, 2012. Arte digital, Salvador, Bahia

Instalação da
Academia de Ciências da
Bahia

1º de junho de 2011

INSTALAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA

SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO

A Academia de Ciências da Bahia foi oficialmente instalada no dia 1º de junho de 2011. Em concorrida solenidade realizada no auditório da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), em Salvador, compareceram personalidades as mais representativas da vida política, econômica e cultural da Bahia.

Compuseram a mesa o governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner, o presidente da Federação das Indústrias da Bahia, Dr. José de Freitas Mascarenhas (discurso anexo), o professor Roberto Figueira Santos, ex-governador e presidente da ACB (discurso anexo), o deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Paulo Câmera, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, Dr. Roberto Paulo Machado Lopes, diretor geral da FAPESB, Dr. Edivaldo Boaventura, diretor administrativo do Jornal *A Tarde* e Vice-Presidente da Academia de Ciências da Bahia.

O deputado Paulo Câmera, Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação enfatizou a importância da criação da ACB e a do Parque Tecnológico da Bahia, instituição esta que deverá agregar cérebros e criar um foro de discussão para o desenvolvimento. O governador Jaques Wagner encerrou a solenidade, destacando em sua fala a ação de um grupo de abnegados que tomam a iniciativa de contribuir para o progresso da Bahia, criando a Academia de Ciências da Bahia, instituição para o ensino e desenvolvimento da ciência. O governador Jaques Wagner congratulou-se com o Professor Roberto Santos e Membros da ACB pela meritória iniciativa de criar esta Academia, considerando o evento um estímulo à prática da democracia e da difusão do saber.





Solenidade de instalação da ACB no Auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Foto: Manu Dias/SECOM.



Da esquerda para a direita: Dr. Edivaldo Boaventura, Dr. José de Freitas Mascarenhas, deputado Marcelo Nilo, governador Jaques Wagner, Dr. Roberto Santos e Dr. Paulo Câmara. Foto: Manu Dias/SECOM.



Da esquerda para a direita: Dr. Edivaldo Boaventura, Dr. José de Freitas Mascarenhas, deputado Marcelo Nilo, governador Jaques Wagner, Dr. Roberto Santos e Dr. Paulo Câmara. Foto: Manu Dias/SECOM.



Da esquerda para a direita: Dr. José de Freitas Mascarenhas, deputado Marcelo Nilo, governador Jaques Wagner, Dr. Roberto Santos e Dr. Paulo Câmara. Foto: Manu Dias/SECOM.

DISCURSO PROFERIDO NA INSTALAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA



.....
Roberto Figueira Santos
Presidente da Academia de Ciências da Bahia
Professor Emérito da Universidade Federal da
Bahia (UFBA)
Ex-Reitor da UFBA
Ex-Presidente do Centro Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq)

As escassas pesquisas de base científica realizadas em território brasileiro até o começo do século XX, com a possível ressalva de uma ou outra exceção, foram realizadas em órgãos especializados, ora em assuntos de saúde pública, ou na agropecuária, ou na identificação de recursos naturais, e tiveram a orientação de cientistas estrangeiros ou de brasileiros formados em países europeus. Foi, pois, tardio, entre nós, o início do funcionamento de instituições comprometidas com a formação de pesquisadores dedicados à Ciência e à Tecnologia. Deixando de lado instituições criadas, apenas, em documentos oficiais, somente depois de 1930 entraram em funcionamento as nossas primeiras Universidades, a de São Paulo e a do Distrito Federal, então sediado no Rio de Janeiro. Pelo mundo afora, entretanto, o vigor da economia das nações vinha dependendo, cada dia mais, do progresso científico e tecnológico que se estendeu tanto aos meios de transporte e comunicação, como à agricultura, à fabricação de alimentos, aos cuidados com a saúde humana, à tecnologia da informação, e atingiu os mais variados aspectos da vida moderna. Entre os objetivos da Academia de Ciências da Bahia, hoje instalada, figura o decidido estímulo à ampliação das pesquisas tecnocientíficas em nossa terra, assim como a divulgação, perante o grande público, do significado desses avanços para a qualidade de vida das populações.



É verdade que o progresso tecnológico com significado econômico nem sempre se origina em ambientes acadêmicos. Resultados de reconhecido sucesso têm sido gerados, desde o passado mais remoto, por pessoas experientes e imaginosas, ocupadas, exclusivamente, com os aspectos técnicos da produção, e sem formação acadêmica. Em muitas situações, a técnica tem andado na frente e condicionado o progresso da Ciência. Contudo, ganharam absoluta prioridade no mundo moderno, as oportunidades para a formação sistemática de pesquisadores em ciência e tecnologia, particularmente, quando trazem consigo ideias inovadoras. Estamos vivendo a chamada “era do conhecimento”.

Nas décadas mais recentes, o Brasil vem realizando intenso e louvável esforço em prol da formação de pesquisadores e da realização de pesquisas institucionalmente organizadas. O atual Governo da Bahia, por intermédio da sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), tem proporcionado apoio que se revelou indispensável à implantação da Academia de Ciências da Bahia.

Devo ressaltar, de outra parte, o acerto da iniciativa dos fundadores desta Academia, ao procurarem estreita articulação com a Federação das Indústrias do nosso Estado, o que gerou resposta entusiástica do Presidente Dr. José de Freitas Mascarenhas. Muitas têm sido as formas pelas quais o Doutor Mascarenhas tem contribuído para o progresso da Bahia. Quero, na oportunidade, dar o meu testemunho de como a sua capacidade de realização foi decisiva para a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Continua esse importante complexo industrial a significar, até hoje, o maior investimento num só projeto econômico concretizado em território baiano.

Durante vários séculos, entre os anos 1500 e a primeira metade do século XX, conforme sabem os nossos conterrâneos, prevaleceu na Bahia a economia agroexportadora. Ainda na pri-

meira metade do século XX, surgiram, na vizinhança de Salvador, as primeiras provas da existência, em subsolo brasileiro, de petróleo em condições comerciáveis. Os preparativos para a exploração do petróleo do Recôncavo Baiano constituem um exemplo precoce da saudável articulação entre as instituições acadêmicas e as atividades econômicas. Dirijo-me, em especial, às gerações mais novas, ao recordar a fundamental importância que teve o petróleo então encontrado, na transição da economia agroexportadora (com as limitações que lhe eram próprias), para a moderna industrialização na Bahia. Devo lembrar, igualmente, que, pouco tempo após ocorrer esse achado, existiu ampla colaboração das instituições acadêmicas, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, com a sofisticada indústria petrolífera. Esse salto na modernização da economia baiana desencadeou a superação da sua fase anterior, caracterizada por nítida estagnação, vivida na Bahia entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Baianos com profundo conhecimento da problemática regional, a exemplo dos economistas Rômulo Almeida e Pinto de Aguiar, cujos nomes se haviam projetado a nível nacional, contribuíram para a criação e para a fase inicial das atividades da Petrobras. Os cursos referentes à Geologia e aos processos de exploração do petróleo, financiados pela Petrobras e realizados na Universidade Federal da Bahia, com a colaboração de professores brasileiros e de outros, vindos do exterior, foram de indiscutível importância para o início da formação da mão-de-obra especializada, naquele período da nossa história. A criação da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia, contou com o decisivo apoio da Petrobras. Estávamos na década de 1950, nos tempos do reitorado de Edgard Santos. A Escola de Geologia foi depois transformada e ampliada e mereceu a designação de “Instituto de Geociências”.

O apoio da Petrobras estendeu-se ao Laboratório de Fracas Radioatividades anexo ao Instituto de Física da citada Universidade. Durante muitos anos, o “Laboratório de lamas” da empresa funcio-



nou em prédio próprio da Universidade. A nossa Escola Politécnica continua recebendo recursos da mesma empresa a fim de realizar projetos de pesquisa de interesse da indústria petrolífera. Os poços antes explorados pela Petrobras, embora com produção diminuída, continuam a oferecer a sua contribuição à economia baiana e brasileira, sob a classificação de “poços maduros”. A escolha do local para a implantação da Refinaria Landulfo Alves foi influenciada pela presença do petróleo no Recôncavo Baiano. A vizinhança com a Refinaria mostrou-se essencial à localização, em Camaçari, do Complexo Petroquímico do Nordeste. E foi fator essencial à constituição da Braskem, empresa que, por se manter adiante das “fronteiras do conhecimento”, é motivo de orgulho para os baianos. Desde o seu início, destacou-se o projeto da indústria petroquímica baiana, pela atenção dedicada à preservação do meio ambiente pelos seus idealizadores, de forma pioneira àquela época. A infraestrutura então construída para a petroquímica, atraiu para o local a metalurgia do cobre e a indústria automotiva. A mesma fonte de riqueza condicionou a geração de grande número de empregos, assim como a construção de uma rede de estradas financiada pela Petrobras e que tem sido de grande valia para os habitantes do entorno da Baía de Todos os Santos. O Porto de Aratu, inicialmente destinado ao Centro Industrial localizado no vizinho município de Simões Filho (CIA), teve a sua estrutura modificada para atender à demanda da indústria petroquímica. Durante os anos de 1970, o antigo porto de São Roque foi adaptado e funcionou como estaleiro para a montagem de plataformas destinadas à exploração submarina de petróleo. Depois de muitos anos de abandono, cuida-se agora de reaproveitar o local na instalação de promissora indústria naval. A fim de integrar o acervo do Museu Didático de Ciência e Tecnologia instalado em Salvador na década de 1970, a Petrobras financiou a construção de modelos, a três dimensões, das moléculas dos produtos então fabricados no Pólo Petroquímico. Até onde pude averiguar, desconhece-se o destino dessas valiosíssimas peças. Fi-

cam, assim, fartamente exemplificados os benefícios resultantes da riqueza mineral do nosso Estado que dependeram da aplicação de tecnologias avançadas, baseadas em pesquisas científicas.

Poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo brasileiro criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o órgão governamental encarregado de incrementar e coordenar a formação de pesquisadores e de financiar pesquisas tecnocientíficas. Desnecessário ressaltar a elevada significação dessa iniciativa, que acaba de completar sessenta anos de vitoriosa trajetória. Aos recursos originados de diferentes órgãos federais, se acrescentaram outros dedicados ao desenvolvimento tecnocientífico, provenientes dos Estados, a exemplo das Fundações de Amparo à Pesquisa de várias unidades da Federação, destacando-se a do Estado de São Paulo (FAPESP), beneficiada, ao longo de mais de quatro décadas, pela notável visão estratégica dos seus administradores. Entidades congêneres no nosso Estado tiveram vida curta até que a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) passou a atuar há mais de oito anos consecutivos, durante os quais vem contribuindo de forma significativa para o avanço tecnocientífico na Bahia.

Criada em 1946, a Universidade Federal da Bahia deu um grande passo à frente durante a década de 1960, ao reorganizar-se a fim de melhor contribuir para o crescente dinamismo da economia regional. A estrutura universitária foi então alterada em favor da modernização dos departamentos responsáveis pelos setores básicos do conhecimento (Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia Geral, Geociências, Ciências Humanas), de modo a criar condições mais propícias à formação de pesquisadores e à realização de pesquisas. Na mesma década de 1960, tiveram nova regulamentação os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), com a exigência de trabalhos de tese ou dissertação. A qualidade desses trabalhos, favorecida pela reestruturação da Universidade, tem sido claramente superior à que se verificava nos doutorados do nosso passado remoto. Nas uni-



versidades federais, pela mesma época, começou a implantar-se, gradualmente, o regime de trabalho em dedicação exclusiva. São enormes as limitações que incidem sobre as pesquisas realizadas por pessoal em regime de tempo parcial, como era regra geral nas universidades federais, até poucas décadas passadas.

Os projetos de pesquisa ligados à pós-graduação universitária respondem por boa parte do aumento, nos últimos tempos, da produção científica baiana e brasileira. Grandes saltos, como os que ocorreram na década de 1960, têm períodos de maturação, necessariamente longo. Abundantes recursos, oriundos dos orçamentos nacionais e locais de educação e de ciência e tecnologia, têm sido investidos nos programas de pós-graduação, com notório sucesso. Importa, contudo, reconhecer a insuficiente articulação entre os projetos de pesquisa a cargo das instituições acadêmicas e as atividades das empresas do setor produtivo. Como exemplo de um primeiro serviço a ser prestado pela nossa Academia de Ciências à comunidade baiana, cabe citar a aproximação que deverá ocorrer, entre as pesquisas que interessam às indústrias, de um lado, e, de outra parte, as instituições locais responsáveis pelos cursos de doutorado e mestrado. Representantes da Federação das Indústrias hão de se reunir com os coordenadores dos cursos de pós-graduação das nossas universidades, a fim de promoverem a investigação de temas de interesse comum a ambas as partes, o que inclui a superação de “gargalos” frequentes no desenvolvimento de processos industriais. É de prever que essa colaboração resulte em grande proveito para a economia do nosso Estado.

Estamos vivendo, atualmente, a “era do conhecimento”, inaugurada nos países avançados e disseminada pelo mundo afora. Caracteriza-se esse período da história por processos de produção e distribuição de grande dinamismo, beneficiados por tecnologias constantemente recriadas em atendimento à demanda dos consumidores, com a observância do método científico e o devido respeito ao meio ambiente. O progresso técnico-científico

e a competição nos mercados nacionais e internacionais passaram a exigir do setor produtivo constantes inovações nos bens e serviços. Novos perfis profissionais estão sendo exigidos pelo mercado de mão de obra, ao que a rede educacional tem tido de responder, mediante currículos que se modificam com grande frequência. A internacionalização das indústrias e dos mercados tem pressionado a favor de associações e fusões de empresas e tem condicionado a mobilização de trabalhadores particularmente qualificados. A inserção da Bahia na “era do conhecimento” chegou com alguma demora, depois que a inclinação natural do nosso povo para manifestações artísticas já revelara considerável capacidade criadora.

Nos tempos modernos, a qualidade da educação em seus diferentes níveis, tanto pública quanto privada, se tornou fator do mais alto significado entre os que contribuem para o desenvolvimento econômico de qualquer país. No Brasil, persistiu por longo tempo, a tradição educacional que consistia em impor aos jovens o acúmulo excessivo de informações de conteúdo científico, enquanto não se cuidava, adequadamente, de orientar os alunos para aprenderem a usar essas informações, a criticá-las e a como chegar, por meio delas, a conceber novas ideias. Na Bahia, entre as iniciativas altamente meritórias do Sistema FIEB, inclui-se o CIMATEC, modelo de centro tecnológico com excelente ensino prático, mais um serviço prestado à Bahia pela liderança do Dr. José Mascarenhas, e que estimaríamos ver multiplicado em nossa terra. Tem sido notória, entre nós, a escassez de engenheiros bem formados nas diferentes especialidades, exigindo das autoridades maior agressividade na formação dessa categoria de mão de obra. Na raiz da mencionada escassez identifica-se a precariedade dos estudos básicos de Matemática, de Física e de Química, denunciando o insuficiente preparo de boa parte do professorado. A reestruturação das universidades federais desencadeada na segunda metade da década de 1960, processo de longa maturação a que já fizemos referência, apenas começa a sanar essa grande insuficiência do sistema educacional,



ainda bem presente no nosso Estado e observada em todo o País. Devemos, ademais, reconhecer como verdadeiras, as razões da importantíssima categoria dos professores do ensino fundamental, quando pondera que os trabalhos a seu cargo ainda não têm sido devidamente valorizados pela sociedade brasileira.

Grandes empresas que funcionam no Brasil, sejam públicas ou privadas, vêm mantendo, em geral com reconhecido sucesso, dispositivos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e de novos processos. Ao lado de outros exemplos igualmente respeitáveis, cabe citar o do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES,), em franca expansão. Entretanto, não, apenas, as macroempresas precisam beneficiar-se da investigação tecnocientífica. Admite-se, em alguns casos, que as médias e pequenas empresas ofereçam ambientes tão ou mais propícios à implantação de novas ideias e processos, do que as de grande porte. Programas governamentais de apoio às vocações locais de produção, conhecidos pela sigla APL (arranjos produtivos locais), têm sido orientados, com expressivos resultados, para a melhoria da qualidade de vida das populações a que servem.

Na medida em que vem ocorrendo, no Brasil, a modernização da economia aliada ao aumento da quantidade e à melhoria da qualidade dos trabalhos de ciência e tecnologia, logo transpareceu o desequilíbrio entre o sucesso recente da atividade científica e o minguado número de patentes resultantes de ideias inovadoras com proteção da propriedade intelectual dos que as conceberam. Assim, enquanto o Brasil ocupa o décimo quinto lugar na comparação com os demais países no tocante à produção de trabalhos científicos, ocupamos não mais que o vigésimo nono lugar quanto ao número de patentes registradas nos órgãos de proteção da propriedade intelectual. A fim de melhor caracterizarmos o significado dos conceitos inovadores na economia das nações, cabe mencionar que é avaliada em mais de 60%, a contribuição de inovações na economia européia moderna. Estatísticas levantadas

pelo IBGE revelam que a taxa de inovação no Brasil cresceu de 31,5% para 38.5% no período de 2000 a 2008, o que indica a necessidade do esforço continuado nesse sentido.

Entidades como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) têm se ocupado em medir a produção nacional em ciência e tecnologia, nos moldes da chamada “cienciometria”, neologismo que pode ferir os nossos ouvidos, porém designa atividade da maior importância no mundo moderno. Graças aos levantamentos da cienciometria, tem sido possível traçar metas realistas que servem de orientação para os órgãos encarregados do acompanhamento da produção científica. A recém-formada Academia de Ciências da Bahia deverá ocupar-se com o aperfeiçoamento desses estudos em relação ao nosso Estado, a fim de melhor contribuir para o estabelecimento de metas regionais, intimamente relacionadas aos propósitos do governo estadual e das empresas privadas locais.

Ao longo de várias décadas, as políticas públicas do setor industrial, no nosso país, haviam sido orientadas, preponderantemente, para a substituição de importações, tendo como resultado o notável avanço da indústria nacional devido à intensa transferência de tecnologias desenvolvidas em outros países. Contamos, para isso, com o extraordinário vigor do mercado interno brasileiro, sempre em pleno crescimento. Contudo, devido aos bons resultados das transferências de tecnologia, houve menor empenho no estímulo à geração de idéias inovadoras, capazes de conceber produtos e processos que fossem bem sucedidos no mercado internacional. Enquanto isso, outros países vêm dando preferência, desde longa data, a políticas públicas voltadas para a inovação na busca de idéias que diferenciem os seus produtos dos similares já conhecidos no mercado internacional. Nas décadas mais recentes, tem despertado grande interesse a comparação



entre medidas adotadas pelo Brasil e por outros países, nesse campo. Dessa comparação resultou a reorientação das políticas industriais brasileiras no intuito de incrementar a produção de manufaturados que tenham a proteção de patentes originadas no nosso país, capazes de assegurar o aumento da proporção desses produtos no conjunto das exportações brasileiras. Esta a razão da promulgação, desde 2004, da “Lei da Inovação”.

Empresas públicas e privadas se têm beneficiado do apoio dos Parques Tecnológicos disseminados por muitos países e já implantados em vários estados do Brasil. Laboratórios instalados nesses parques, entre outras finalidades, têm possibilitado a realização de trabalhos necessários às transferências de tecnologia, enquanto outros vêm funcionando como “incubadoras de empresas”, de grande utilidade para o aproveitamento de novas idéias. Na Bahia, o primeiro desses parques será proximamente inaugurado pelo Governo do Estado, gerando expectativas altamente favoráveis.

Reconhecidamente, no Brasil, a maior parte das pesquisas científicas e tecnológicas tem sido, até agora, financiada pelo setor público. Na medida em que a nossa economia cresça e a população enriqueça, essa proporção deverá alterar-se, no sentido da maior participação da iniciativa privada. A inovação envolve riscos financeiros que muitas das nossas empresas privadas ainda não conseguem enfrentar. O setor privado tem apontado a elevada carga fiscal como importante fator a dificultar o enfrentamento dos riscos inerentes às novidades quando oferecidas ao mercado. As autoridades brasileiras têm procurado atenuar esse problema com a adoção de subvenções proporcionadas pelo setor público, o que ainda não tem sido suficiente para a integral solução do problema.

Desde o ano de 2005, entrou em vigor, no Brasil, a lei que concedeu incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. A integração entre as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas vem resultando no uso compartilhado de laboratórios, na remuneração extra de universitários

dedicados a pesquisas e na participação dos pesquisadores nos lucros devidos ao registro de patentes, auferidos pelas instituições empregadoras dos cientistas. Essa integração, contudo, ainda não alcançou o desejado nível de eficácia, e tem como conseqüência a redução nos ganhos de produtividade, além da menor capacidade de inovação das nossas indústrias. Segundo o representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, “nos gastos empresariais com Pesquisa e Desenvolvimento, a média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é o triplo da encontrada no Brasil. Para igualar esse patamar seria preciso aumentar (no Brasil) os gastos privados no setor de US\$ 9,95 bilhões ao ano para US\$ 33 bilhões”.

Devido ao pouco tempo transcorrido desde quando a formação de pesquisadores no Brasil atingiu considerável escala, parcela expressiva da nossa sociedade ainda não se apercebeu do significado das conquistas daí decorrentes para o futuro do país. Tal alheamento é mais intenso, como seria de esperar, nas regiões do território brasileiro onde a economia é menos dinâmica. No imaginário de parte da nossa população, as instituições educacionais de nível superior (universidades e faculdades isoladas) existem, tão somente, para formar profissionais, o que tem indiscutível importância, porém, está longe de ser tudo o que lhes compete realizar. Grande parte da população da nossa terra, que identificava a Universidade Federal da Bahia como instituição dedicada a formar profissionais e a contribuir para o enriquecimento cultural da população pelo cultivo das artes, começa a nela reconhecer o importante desempenho das funções de formadora de pesquisadores e de realizadora de pesquisas científicas e tecnológicas.

A adequada divulgação do progresso na pesquisa tecnocientífica, em termos que sensibilizem a população geral e atraiam o seu indispensável apoio, obriga à mobilização de pessoal especializado e requer a indispensável colaboração dos dirigentes dos meios publicitários. Em um dos seus números recentes, a revis-



ta “Pesquisa”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), chama a atenção para a fase incipiente em que se encontra a divulgação científica no Brasil. Está dito, no artigo em apreço: “A compreensão de temas científicos estimula o pensamento crítico e é considerada um pré-requisito para a democratização da informação e para semear vocações em carreiras acadêmicas e tecnológicas [...]” A recém-instalada Academia de Ciências da Bahia deverá colaborar para a correta popularização dessas informações, como estímulo que incitará o respectivo debate, por parte do nosso público.

O Estado da Bahia foi beneficiado, em passado mais distante, com o funcionamento de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED) que, na transição entre a exclusividade da economia agroexportadora e a moderna industrialização, contribuiu eficazmente para a implantação do Polo Petroquímico e da metalurgia de não-ferrosos, além de trazer inovações para a fruticultura local. De outro lado, em passado que já dista três a quatro décadas, a Bahia contou com o Museu Didático de Ciência e Tecnologia, orientado por brilhante assessoria do Conselho Britânico e que teve apoio generoso da Petrobras. Ambas essas entidades tiveram destino melancólico, destino do qual o Museu começou a livrar-se muito recentemente, graças à compreensão do atual Governo do Estado.

A fabricação de produtos manufaturados é sujeita ao respeito às leis da propriedade intelectual, formuladas, geralmente, por países cuja indústria foi implantada há muito tempo, a exemplo da Inglaterra, da Alemanha, da França, dos Países Escandinavos e dos Estados Unidos. Essa cobrança se tornou mais exigente desde a década de 1980, devido à crescente relação entre o progresso tecnológico e o avanço da chamada “economia do conhecimento”. Participaram de profundas controvérsias, de um lado, os países industrializados há mais tempo, e, de outra parte, os que sofrem de menor dinamismo na sua economia. Tais controvérsias desembocaram na celebração do acordo conhecido pela sigla TRIPS

(Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), datado de 1994, ao qual o Brasil deu a sua adesão. Mediante esse acordo, medidas legais rigorosas dificultaram a livre imitação de produtos e de tecnologias estrangeiras por meio da tradicional tática da engenharia reversa adotada por empresas de várias nações. A fim de superar as restrições devidas ao acordo TRIPS, tornou-se necessário recorrer à produção com tecnologias desenvolvidas nos próprios países.

Este breve histórico foi essencial à elucidação dos motivos pelos quais está sendo criada a Academia de Ciências da Bahia, com objetivos que, ressalvadas pequenas alterações, figuram no seu Estatuto:

- a) incentivar a realização, entre nós, de pesquisas sobre temas relevantes da ciência e da tecnologia, tanto em entidades públicas como privadas;
- b) estimular a formação de pesquisadores, preferentemente em instituições universitárias que já possuam ou aspirem criar tradição em linhas de investigação de reconhecida relevância, e que possam gerar tecnologias consideradas “de ponta” no momento dado;
- c) analisar em profundidade e promover a aplicação das leis de inovação na pesquisa científica e tecnológica, junto ao ambiente produtivo nacional;
- d) contribuir para os levantamentos regionais relativos à produção em ciência e tecnologia, visando o estabelecimento de metas mais consistentes com os propósitos do governo e das empresas privadas locais;
- e) estimular o aperfeiçoamento do ensino das ciências em todas as idades, com a metodologia e os materiais de ensino ajustados às peculiaridades dos alunos;
- f) servir de elo entre cientistas ligados a instituições locais e entidades projetadas nacional e internacionalmente, visan-



do a troca de informações em caráter pessoal, assim como a criação de oportunidades para trabalhos em parcerias;

- g) apoiar iniciativas que visem a popularização da ciência, quer na área do jornalismo científico, como pela organização de museus de ciência e tecnologia com feitiço didático;
- h) promover a formação de lideranças que atuem no cumprimento dos itens *a, b, c, d, e, f* e *g* acima enunciados;
- i) atribuir prioridade à apreciação de projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social;
- j) ocupar-se com a criação de oportunidades de emprego para cientistas que tenham formação adequada, preferentemente para os que se disponham a trabalhar em regime de dedicação exclusiva;
- k) apoiar o registro de fatos relevantes para a história da ciência e da tecnologia, tanto em âmbito local como global.

Desejo congratular-me com os demais membros da Academia, especialmente, com os escolhidos para os cargos de direção da mesma entidade. Reafirmo os nossos agradecimentos aos órgãos que têm permitido a essa Academia de Ciências da Bahia dar os seus primeiros passos, como sejam a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, e a Federação da Indústria da Bahia. E acrescento os meus agradecimentos aos que compareceram à presente sessão inaugural, em especial ao Senhor Governador do Estado, na certeza de que esta Academia contribuirá para a aceleração do progresso da Bahia e do Brasil e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida dos nossos conterrâneos.

Salvador, 1º de Junho, 2011

Roberto Figueira Santos

DISCURSO PROFERIDO NA INSTALAÇÃO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA



Dr. José de Freitas Mascarenhas
Presidente da Federação das Indústrias do Estado
da Bahia

Senhores Membros da Academia de Ciências da Bahia,
Senhoras e Senhores,

Em torno do século III a.C., o filósofo Platão passou a reunir, em uma escola, pensadores que discutiam questões em diversos campos do saber como a filosofia, a matemática, a astronomia e a legislação. As reuniões aconteciam em um jardim, que teria pertencido a Akademos, herói ateniense da Guerra de Tróia. Assim, há mais de dois mil anos surgia o termo Academia, um espaço dedicado a discutir, consolidar e disseminar o conhecimento.

Recordo-lhes essa parte da história da humanidade, senhoras e senhores, para asseverar que esse legado resistiu à grandeza do tempo. A Academia de Ciências da Bahia, ora instalada, prova que estamos perpetuando essa tradição. O homem continua em busca da luz proporcionada pelo saber.

Sob a égide da Academia de Ciências da Bahia, estarão reunidos homens ilustres que muito têm contribuído, em suas respectivas áreas, para o desenvolvimento do conhecimento no nosso estado. Abre-se um fórum para discussão de temas relacionados às Ciências: Exatas e da Terra; da Vida; Filosofia, Gestão e Ensino das Ciências. Sua função precípua será a de estimular a



expansão das fronteiras do conhecimento, como bem tem dito o presidente dessa instituição, o estimado professor e ex-governador Roberto Santos.

A Academia de Ciências terá dentre as prioridades, conforme prevê seu estatuto, o fomento à realização de pesquisas sobre temas relevantes para a ciência e a tecnologia, o estímulo à formação de pesquisadores e à aplicação das leis de inovação, bem como à melhoria do ensino das ciências nas nossas escolas e o apoio a iniciativas em favor da popularização da ciência. Nada mais adequado ao momento que as ciências vivem, atualmente, na Bahia e mesmo no Brasil.

Terá o apoio do Sistema Federação das Indústrias do Estado da Bahia, por si e por suas entidades, em especial o IEL, o SENAI e o SESI, na execução desse nobre trabalho. Temos envidado esforços, buscando avançar na construção de um ambiente favorável ao progresso da ciência e da tecnologia e de temas conexos, como pesquisa e desenvolvimento.

Em entrevista recente, o matemático Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências, ressaltou que “existe uma correlação direta entre base científica sólida e desenvolvimento econômico”. Seu diagnóstico é que só recentemente os brasileiros começaram a descobrir o valor da Ciência, com séculos de atraso! Em nosso país ainda predomina a visão elitista de que a ciência é para poucos afortunados. Esse hermetismo é um equívoco grave e um entrave à sua popularização.

Certamente decorre dessa situação a falta de cultura para a inovação em nosso país, outro entrave ao pleno desenvolvimento. A importância da inovação, como instrumento imprescindível para a competitividade e a expansão da economia brasileira frente ao cenário internacional, tem crescido à medida que avança a economia baseada em conhecimento. Para se consolidar entre as mais importantes economias mundiais, o Brasil tem a questão da inovação como um dos desafios a serem superados. Principalmente

agora quando, envolvido na política do câmbio livre, sua indústria de transformação enfrenta enormes desafios de competitividade.

Vejam os dados: 1) em 2006, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, enquanto o Brasil investia cerca de 1% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo metade originada do setor privado, a média desse investimento nos países da OCDE era três vezes maior; 2) de 47 países analisados pela Comunidade Europeia no ranking global de inovação, em 2006, o Brasil ocupava apenas a 41ª posição; 3) o apoio governamental no Brasil ao gasto privado em P&D, decisivo para inovação tecnológica, reduzia-se a apenas 0,05% do PNB em 2007, desconsiderando-se os benefícios da Lei de Informática, segundo a OCDE.

Alinhados com este esforço, novos marcos regulatórios para apoio à inovação foram instituídos, com a Lei de Inovação (2004), a Lei do Bem (2005) e, em âmbito estadual, a Lei de Inovação (2008), que aguarda regulamentação. Lastreados nesses novos marcos, instrumentos de incentivo à adoção de estratégias inovadoras foram criados e/ou sistematizados, traduzidos no aumento do volume de recursos operacionalizados por agências de governo nacionais e estaduais com este fim.

Ainda que sejam desejáveis melhorias operacionais neste arcabouço legal e apesar do ainda escasso volume de recursos destinados à inovação, vis à vis às necessidades das empresas, os avanços nos instrumentos de apoio à inovação obtiveram resposta positiva da classe empresarial brasileira. Este fato demonstra que os empresários nacionais entendem como fundamental o esforço de inovação para a perenidade de seus negócios e aponta para uma necessária mudança nas prioridades das políticas públicas, com uma maior ênfase no apoio ao esforço inovativo da indústria.

Segundo dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PIN-TEC), em 2008, o percentual de empresas inovadoras no Brasil



evoluiu para 38,1%. Entre as razões para não inovar, as empresas brasileiras mencionam os custos elevados, o risco econômico e a escassez de fontes de financiamento, além da falta de pessoal qualificado, da falta de cooperação com outras empresas e instituições, da escassez de serviços técnicos e de informação tecnológica.

Aplaudimos como correto o alvorecer das novas medidas que o governo federal vem conduzindo visando à melhoria da inovação no Brasil. No caso baiano, os programas de apoio à inovação ainda não correspondem à relevância da Bahia no cenário nacional: contribuíram com apenas 2% no total de dispêndios dos governos estaduais em P&D em 2008, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, incluídas as fontes federais. A captação de recursos das empresas baianas também está muito aquém da economia do Estado. Segundo relatório da FINEP até 2008 as empresas baianas captaram no acumulado, desde a regulamentação do instituto da subvenção econômica para inovação, R\$ 18,8 milhões, contra R\$ 18,6 milhões da Paraíba e R\$ 25,9 milhões de Pernambuco.

Mas temos a registrar como fato muito positivo para a área, a presença do novo secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, Dr. Paulo Câmara, com o seu dinamismo e inquietude orientados para a realização de ações que objetivam melhorar o desempenho da Bahia. Temos desenvolvido um diálogo constante e continuamos a sua disposição para colaborar em tudo que for importante ao melhor posicionamento da Bahia neste campo.

O papel da inovação deve ser verificado para além do seu enfoque econômico, dados os seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente. Assim, para que estejam alinhadas com o desenvolvimento sustentável do país as inovações devem incorporar as restrições sociais e ambientais que se apresentem. As empresas serão instadas a produzir mais e melhor, com respeito ao meio ambiente, reduzindo o consumo de insumos como água e energia, combatendo desperdícios e utilizando menos matéria-prima.

A preocupação da ecoeficiência tende a se transformar, num breve espaço de tempo, em um dos principais requisitos dos projetos de inovação da indústria. O aumento da consciência da preservação ambiental na sociedade irá refletir numa resistência do mercado aos produtos e serviços que não utilizam práticas ecoeficientes. A inovação ecoeficiente é o desafio do futuro para a perenidade das empresas.

Senhoras e Senhores, outro desafio que o país tem que enfrentar, obrigatoriamente, para viabilizar uma trajetória de desenvolvimento sustentável é o da educação. Isso requer uma política de Estado capaz de mobilizar a nação em torno deste tema e que atenda às necessidades de reformas e recursos humanos e financeiros, desde a educação básica até a formação superior. Quanto maior for o número e melhor for a qualidade dos talentos formados pelas universidades, principalmente nas áreas das ciências e das engenharias, tanto maior será o potencial de produzir tecnologia e inovação.

Como explicita o documento Inova Engenharia, publicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), “os engenheiros e tecnólogos são personagens-chave no processo de transformar conhecimento em inovação e atores imprescindíveis na implementação dessas inovações nos sistemas produtivos. As empresas que mais crescem no mundo hoje têm na engenharia e na inovação seus pilares de sustentação”.

Portanto, o Brasil precisa avançar na oferta de um serviço educacional de qualidade para todos os seus cidadãos. O Sistema FIEB vem buscando melhorar substancialmente o uso dos seus recursos disponíveis tendo entre suas prioridades a educação e a qualificação dos recursos humanos para o setor industrial. Cito como exemplo o ensino articulado SESI/SENAI, experiência pioneira da Bahia no ano 2000 e hoje utilizada como referência para o Sistema Indústria no país. Neste modelo, o aluno iniciado no SESI conclui o ensino médio no SENAI com uma formação



de nível técnico profissional, em áreas de interesse da indústria. O índice de empregabilidade dos jovens egressos desse sistema é superior a 70%.

As Ciências têm a capacidade de agregar valor à indústria, por isso temos como política permanente a ampliação da sua conexão com a academia. A interação entre os centros de conhecimento e as empresas é reconhecida como um dos mecanismos mais importantes para o desenvolvimento econômico e social de um país, com evidentes benefícios para as duas partes envolvidas. Do lado da academia, a aproximação com o setor produtivo é fundamental para viabilizar as pesquisas e contribuir para atualização de seus conteúdos programáticos. Por sua vez, a classe empresarial tem acesso a novas tecnologias, conhecimentos, infraestrutura e talentos formados pelas universidades.

Não obstante os avanços, muito ainda há para evoluir no relacionamento entre universidade e indústria. A superação das barreiras entre a universidade e as empresas passa necessariamente pela criação de um ambiente de cooperação, fomentado por políticas públicas, e por uma ampliação vigorosa dos centros de tecnologias de alta performance, nos moldes do SENAI/CIMATEC, que desenvolvam a pesquisa aplicada e ofereçam serviços técnicos e tecnológicos, objetivando atender à demanda de uma indústria em processo de modernização. Diria mesmo que o nível de colaboração entre a universidade e a indústria mede o grau de desenvolvimento de uma sociedade.

O governo federal vem mantendo diálogo com o Sistema Indústria para replicar esse modelo de centros tecnológicos de alta performance no país, financiando-os por meio do BNDES. A iniciativa integra as ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), para enfrentar o problema da capacitação profissional no país. Há pouco falei dos esforços desta Casa no sentido de contribuir para a construção de um ambiente favorável ao progresso da ciência e da tecnologia. Retorno ao tema,

destacando o Programa Inovação na Indústria, cujas principais dimensões de atuação são:

1) criação em breves dias do Fórum de Inovação da Bahia, com a presença de pessoas comprometidas com essa causa, para a qual já está acertada a participação do prof. Roberto Santos, na qualidade de presidente da nova Academia de Ciências; 2) renovação dos quadros e de políticas no Conselho de Inovação e Tecnologia da FIEB; 3) novo Plano de Desenvolvimento Estratégico do SENAI Bahia visando novos passos mais à frente, construção em curso de novas unidades voltadas ao ensino e pesquisa, reestruturação do órgão tendo em vista maior eficácia da política de difusão tecnológica e de pesquisa aplicada; e 4) mobilização empresarial, principalmente a partir da criação do Núcleo de Inovação da Bahia no IEL, ligado ao Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).

Pretende-se, por meio da mobilização de todos esses atores do Estado, contribuir para a construção de uma poderosa rede de influências que possa, ao longo do tempo, ampliar substancialmente os efeitos das políticas de melhoria da educação, do conhecimento, da pesquisa e da inovação.

Com seus propósitos em favor do desenvolvimento, a Academia de Ciências da Bahia poderá liderar o debate de temas que tenham foco no desenvolvimento das ciências na Bahia, posicionando-se na cabeça da “cadeia” desse sistema de estímulo à ciência, tecnologia e inovação no estado. Para isso não lhe faltam os quadros necessários a julgar pelo currículo dos seus componentes, principalmente do seu presidente, o professor Roberto Santos.

Desejo o melhor sucesso para a nova Academia de Ciências da Bahia.

Salvador, 01 de Junho, 2011
José de Freitas Mascarenhas



M e m b r o s T i t u l a r e s
F u n d a d o r e s

MEMBROS TITULARES FUNDADORES

Aldina Maria Prado Barral
Amílcar Baiardi
Antônio Celso Spínola Costa
Antônio Ferreira Silva
Armênio Guimarães
Aroldo Misi
Bernardo Galvão Castro Filho
Caio Mário Castro de Castilho
Carlos Alfredo Marcílio de Souza
Dante Augusto Galeffi
Dora Leal Rosa
Edgar Marcelino de C. Neto
Edivaldo Machado Boaventura
Ednildo Andrade Torres
Eliane Elisa de Souza e Azevêdo
Enaldo Silva Vergasta
Iuri Muniz Pepe
Jailson B. De Andrade
Jamary Oliveira
João Carlos Salles Pires da Silva
José Carlos Barreto de Santana
Juarez Marialva Tito Martins Paraíso
Luciano Paganucci de Queiroz
Manoel Barral Netto
Manuel Vicente Ribeiro Veiga Júnior
Mario Mendonça de Oliveira
Maurício Lima Barreto
Milton José Porsani
Mitermayer Galvão dos Reis
Nadia Hage Fialho
Naomar Monteiro de Almeida Filho



Olival Freire Junior
Olivar Antônio Lima de Lima
Pasqualino Magnavita
Paulo Costa Lima
Pedro Afonso de Paula Pereira
Robert Evan Verhine
Roberto Figueira Santos
Roberto Fernandes Silva Andrade
Sergio Luís Costa Ferreira
Vilton Pinheiro
Zelinda Margarida de Andrade Nery Leão
Zilton de Araújo Andrade



Juez Paraíso – Interferências I, 2012. Arte digital, Salvador, Bahia

Artigos Inaugurais

POR UMA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA



Edivaldo M. Boaventura
Educador, escritor, presidente da
Academia de Letras da Bahia

Com experiência acadêmica e científica, o professor Roberto Figueira Santos sugeriu e liderou a criação da Academia de Ciências da Bahia. O seu ímpeto realizador comprovado em tantas oportunidades, especialmente na presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na criação do Museu de Ciência e Tecnologia, conduziu-o a agregar pesquisadores em vários campos do conhecimento. Mais uma vez exercita a sua crença em nossa gente ao trabalhar com antigos alunos e professores universitários.

O documento fundante que escreveu norteou a institucionalização da Academia. Além de estimular a disseminação do conhecimento, o grêmio deverá promover o debate entre correntes do pensamento e de cientistas de variados campos do saber, respeitadas as normas éticas concernentes.

Reconhece que as nossas investigações científicas e tecnológicas ainda dependem do financiamento público. Contudo, à medida que o País se desenvolve e a população enriquece, crescerá a produção científica apoiada pelas empresas. O desenvolvimento científico e tecnológico associa-se à produção de bens e serviços. A escassa investigação científica que tivemos resultou do esforço de pesquisadores estrangeiros associados aos brasilei-



ros formados no exterior, quer na França, quer em universidades norte-americanas.

Destaca o Professor Roberto que as pesquisas não se processaram nas entidades de educação superior. Como é notório, a universidade chegou muito tarde à Bahia. O que pesquisávamos ligava-se a organismos especializados, em saúde pública, para a fabricação de vacinas, em agronomia, visava-se à produção animal e vegetal.

A situação mudou com a industrialização. O processo de substituição das importações, pelo meado do século XX, trouxe a necessidade de identificação de matérias-primas de novos mercados e de capacitação de mão de obra. É também a época em que as universidades surgem ou se afirmam e começam a se interessar pela formação de pesquisadores. Na década de 60 do século passado, foram definidos os programas de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado e instalaram-se os fluxos contínuos de investigações científicas.

Passo importante para o desenvolvimento científico e tecnológico aconteceu com a reestruturação das universidades federais que enfatizou o conhecimento básico. Até, então, as cátedras dispersas entre as faculdades de formação profissional – Medicina, Odontologia, Engenharia, Arquitetura, Direito – não aglutinavam o conhecimento fundamental. As ciências auxiliavam a formação profissionalizante (ancila ciência).

A reestruturação, seguida da reforma universitária, constituiu o escalão dos Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências da Terra e Ciências Humanas, que integrou cargos e especialistas voltados para o ensino em níveis crescentes e para pessoas, sem vinculação profissionalizante. Os mestrados e os doutorados associados ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva criaram condições para o crescimento da investigação científica.

Como educador preocupado com a formação dos jovens, o professor Roberto Figueira Santos encara a nova Academia como devendo “ocupar-se com a promoção do ensino da ciência aos jovens, desde a mais tenra idade, mediante metodologias ajustadas ao aprendiz”. A nossa educação sempre se caracterizou pelo aumento excessivo do conteúdo em detrimento da lógica do conhecimento. Difunde-se o aprimoramento da capacidade de desenvolvimento do raciocínio do aluno, incentivado pelo professor na discussão de problemas.

A Academia de Ciências da Bahia chega no momento em que organismos estaduais se afirmam na área. A começar pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, que vem dando apoio à sua implantação de igual modo a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Jornal *A Tarde*

Salvador, 26 de novembro de 2010



ACADEMIA DE CIÊNCIA DA BAHIA



Eliane Elisa Souza Azevêdo

Médica, geneticista, pesquisadora do CNPq
Professora Emérita da Faculdade de Medicina da
Bahia (UFBA)
Ex-Reitora da UFBA

Da ideia de um pesquisador e do apoio de outros pesquisadores (as) nasce a Academia de Ciências da Bahia (ACB). O idealizador da ACB é conhecido no Estado da Bahia e no Brasil por ter exercido os cargos de Reitor da UFBA, Governador do Estado da Bahia, Ministro da Saúde, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Deputado Federal, porém, poucos conhecem seu trabalho como pesquisador e formador de recursos humanos em ciência.

Graduado em Medicina em 1949, o Professor Roberto Santos adquiriu sólida formação de pesquisador nas Universidades de Harvard, de Cornell e de Michigan (1951-1953). Ao retornar à Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA), defendeu tese adquirindo o título de doutor em Ciências Médico-Cirúrgicas. No ano seguinte, obteve o título de livre docente através concurso de títulos e provas. Dois anos depois, foi aprovado em concurso para o cargo de professor catedrático (titular) de Clínica Médica. Foram três teses e dois concursos de títulos e provas entre 1953 e 1956.

O nome do prof. Roberto e sua pesquisa repercutiam até entre os calouros do ano 1956, entre os quais me encontrava. Não apenas o trabalho que aglutinava estudantes e médicos interessados em Ciência, mas também a eventual presença, em seu laboratório de pesquisa no sexto andar do Hospital das Clínicas (hoje Hospital



Universitário Prof. Edgard Santos-HUPES), de grandes nomes da ciência internacional, e as extraordinárias discussões científicas que ali ocorriam definiam o ambiente de ciência que o professor Roberto Santos impulsionava. Para nós estudantes à época, o sexo andar era uma espécie de nirvana da Ciência. E para alguns de nós – o sonho era chegar lá. A Ciência exerce fortes atrativos às mentes questionadoras, cheias de vontade de pensar, descobrir, transformar, inovar.

Atualmente, os órgãos financiadores da pesquisa exigem que os pesquisadores publiquem “muito” e em revistas de alto impacto. Assim, conseguir uma publicação de alto nível deixou de ser um produto natural da boa pesquisa para ser moeda de troca para financiamentos. Sem qualquer cobrança institucional, o prof. Roberto Santos e seu grupo de pesquisadores, entre os anos de 1953-63, publicaram artigos nas revistas *Nature*; *Journal of Clinical Investigation*; *American Journal of Physiology*; *New England Journal of Medicine*, todas elas de alto impacto, além de três artigos em revistas científicas nacionais.

Além da própria pesquisa, o professor Roberto Santos, desde cedo, revelou preocupações com a formação de novos pesquisadores (mesmo antes de existirem os cursos de pós-graduação); com a questão do ensino superior no Brasil e com a qualidade da formação médica profissional. Por justiça às suas preocupações, foi, no início dos anos sessenta, nomeado e, mais tarde, reconduzido Membro do Conselho Federal (Nacional) de Educação.

Ao término do mandato de Governador do Estado da Bahia, o professor Roberto Santos, em atitude de extraordinário respeito ao ensino, retorna à Universidade, reassume sua posição de professor participando de discussões científicas, aprofundando suas reflexões sobre educação médica, e produzindo mais um trabalho sobre o tema. Nem todos que presenciaram essa atitude souberam reconhecer o mérito e as lições de dignidade nela contidos. Vendo-o em atividade docente, após ter sido governador, parecia-

-me ver também a concretização do pensamento do poeta: “Tudo vale a pena, quando alma não é pequena”.

Agora, ano 2011, século XXI, a Ciência assumindo as diretrizes da humanidade, o professor Roberto Santos revela não ter se distanciado do pensamento científico. Reconhecendo a importância social da Ciência, idealiza a criação da Academia de Ciências da Bahia, conquista apoio de pesquisadores locais; do Governo do Estado através da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação; da Federação de Indústrias do Estado da Bahia e cria uma academia de ciências no Estado da Bahia, cujo lema é: “Ciência a serviço da humanidade”. Está a Bahia de parabéns. Em especial pesquisadores homens e mulheres promotores(as) da Ciência atual e do futuro.

Jornal *A Tarde*

Salvador, 30 de maio de 2010



APOIO À CIÊNCIA



Edivaldo M. Boaventura
Educador, escritor, presidente da
Academia de Letras da Bahia

Em primeiro de junho de 2011, o professor Roberto Santos instala a Academia de Ciências da Bahia (ACB). Agremiação que idealizou e criou como suporte ao conhecimento básico. Compreenda-se a fundação da Academia de Ciências na sua trajetória científica e acadêmica, iniciada como professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como reitor, liderou a reforma modernizadora desta Universidade. Prosseguindo, presidiu o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico (CNPq). Como líder político, voltado para o serviço das causas sociais, em boa hora governou o Estado da Bahia, desenvolveu a agricultura, criou hospitais, escolas e, pioneiramente, concebeu e construiu o Museu de Ciência e Tecnologia, dentre muitas outras iniciativas. Foi ministro da Saúde e deputado federal. Todos estes cargos e encargos os exerceu com o interesse maior voltado para a Bahia.

Como seu antigo auxiliar, reputo sumamente importante a sua crença em nosso povo. Ele sempre achou que os baianos poderiam muito realizar pelo conhecimento e pela cultura, para tanto se esforçou em formar recursos humanos. É muito do seu proceder agregar companheiros para estimular a investigação científica. Dentro dessa diretriz, modernizou o ensino médio a partir da sua



experiência de professor e pesquisador da saúde e criou os primeiros mestrados e doutorados da UFBA.

Concebeu a Academia como suporte à ciência que se desenvolve entre nós. Juntou, inicialmente, antigos alunos, como a reitora Eliane Azevedo e o médico Armênio Guimarães, e convocou professores e pesquisadores a exemplo de Antônio Ferreira da Silva (Física), Bernardo Galvão Filho (Medicina), Dante Galeffi (Filosofia/Educação), Enaldo Vergasta (Matemática), José Carlos Barreto Santana (Geologia/reitor da UEFB), Nadia Hage Fialho (Educação). Como sempre procedeu, começou, muito democraticamente, a discutir os propósitos de uma Academia de Ciências para a Bahia.

Para o projeto da Academia, ampliou a discussão com outros líderes da comunidade científica como Antonio Celso Spínola Costa, Robert Vehine, Carlos Marcílio, Jailson de Andrade, Arol-do Misi, Manuel Barral Netto, Edgard Marcelino Netto, Zilton de Araújo Andrade, Maurício Barreto, Mítermayer Galvão dos Reis, Naomar Monteiro, Olival Freire Junior.

Vem bem a propósito a maturidade alcançada e os resultados obtidos pela criação dos institutos do conhecimento básico, quando reformou a UFBA, de 1967-1971. Como reitor, dirigiu a criação dos Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências da Saúde, Letras, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Além do aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possibilitou construir e equipar o campus da Federação, a Unesco e outras entidades internacionais contribuíram com a vinda de cientistas estrangeiros. Formou-se, assim, pela primeira vez, entre nós, uma estrutura responsável pelo desenvolvimento da ciência.

Para a criação da agremiação científica, doutor Roberto procurou a participação dos organismos interessados na ciência e tecnologia. Destaque-se a cooperação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Secretaria de Ciência

Tecnologia e Inovação. O espírito gregário do fundador da Academia, desde o início, apelou para a participação destas entidades, que responderam positivamente. Ressalte-se a acolhida do diretor-geral da FAPESB, professor Roberto Paulo Machado Lopes.

Ademais a Academia, voltando-se para a diretriz Ciência e Tecnologia (C&T), tem contado com a cooperação do presidente da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), José Mascarenhas, que acolheu com entusiasmo os propósitos da Academia. Aliás, os objetivos da Academia coincidem com as atuais políticas de C&T da FIEB, razão pela qual a sessão de instalação se realiza em sua sede.

A Academia de Ciências nasce no momento em que a Bahia enfrenta desafios científicos e tecnológicos, na expansão de novos investimentos liderados pelo governo Jaques Wagner.

Jornal *A Tarde*

Salvador, 27 de maio de 2010



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA, EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE: *Agremiação tem como um dos objetivos, cultivar e difundir uma cultura de C&T no Estado da Bahia*



Amilcar Baiardi

Pós-doutorado em Política de C&T

Doutor em Ciências Humanas

Professor da Universidade Federal da Bahia
(UFBA/UFRB)

Pesquisador do CNPq

Na história das ciências a primeira academia foi a de Platão, que funcionava como escola superior, uma espécie de proto-universidade, que instituiu a produção coletiva do saber e a avaliação interpares. Antes dela, há registro de associações de filósofos como a comunidade de Pitágoras e a escola Jônica de Thales de Mileto, mas nem a primeira, pelo seu caráter místico, e nem a segunda, por ser mais uma agregação em torno de crenças, chegaram a se organizar como centro de produção do saber. A Academia de Platão jogou um papel fundamental por superar o paradigma dominante de produção intelectual individual, na forma de tratados, que se propunham a abarcar todos os conhecimentos ou formas de saber.

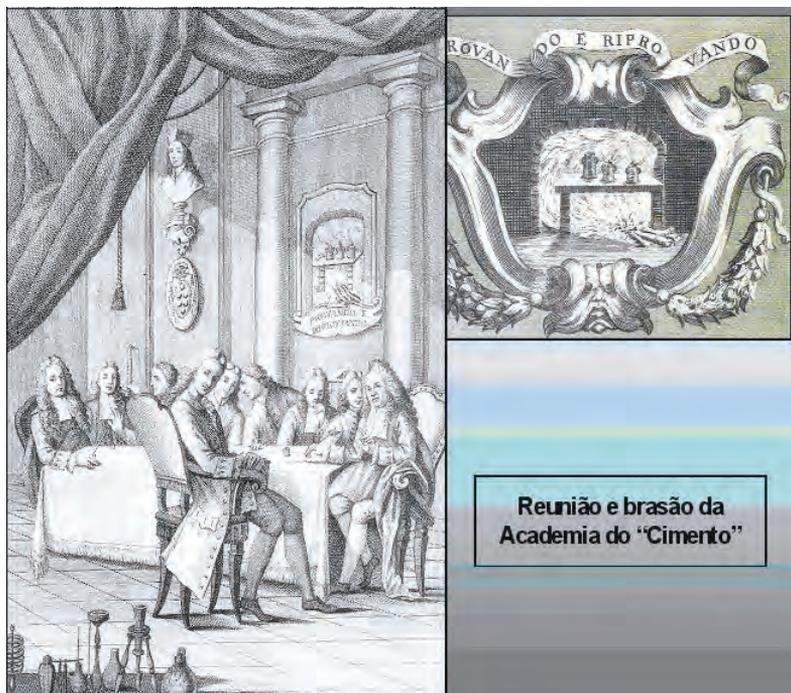
O nome Academia se deve à localização no jardim ou parque Akademos ou Hekademos, cuja designação homenageava um herói ático. Havia também neste parque, ginásios para a prática de esportes. O próprio Platão praticava a luta e chegou a ser premiado nos Jogos Ístmicos. Após a Academia de Platão e durante a Antiguidade Clássica, mais duas experiências de associativismo de filósofos adquiriram fama: o Liceu de Aristóteles – *Lyceum* –



localizado no bosque em homenagem a Apolo Lykeios, em um subúrbio de Atenas, e a Escola de Alexandria, localizada na cidade do mesmo nome, no Egito, a qual reunia, no mesmo espaço, a biblioteca e o *mouseion* – ambiente para coleções e experimentos. Ambas organizações combinavam o ensino com a pesquisa, assemelhando-se às universidades modernas. Foram epistemologicamente precursoras da vertente empirista, por valorizarem a percepção física e a experiência.

Um surto de criação de novas academias, a esta altura a denominação já se consagrara, acontece durante o Renascimento, espalhando-se da Península Itálica para o resto da Europa no período da chamada Revolução Científica. As academias renascentistas constituíram uma iniciativa dos filósofos – na ocasião denominando-se “filósofos da natureza” porque se distanciavam da religião e da metafísica – para criar um espaço erudito que se distinguisse das universidades antigas, nas quais predominava a visão de mundo escolástica, fundamentada na tradição aristotélica e inseparável da teologia.

Entre 1560 e 1807 foram criadas cerca de 80 academias, algumas das quais tiveram vida efêmera e outras que existem até hoje. A primeira delas foi a *Accademia Secretorum Naturae*, fundada em Nápoles, em 1568. Ainda na Itália, tornaram-se famosas duas outras academias. A primeira foi a *Accademia dei Lincei*, (1600), localizada em Roma, que teve Galileu como membro e como mecenas a família Cesi, pertencente à nobreza. A Academia dos Linces, o que sugeria o nome, destacou-se na produção bibliográfica e tentou convencer o Papa Urbano VIII a inocentar Galileu. A segunda foi a *Accademia del Cimento* (1657), localizada em Florença e mantida pela corte dos Medici. A Academia da Prova ou do Risco, o que sugeria o nome, foi à primeira publicar artigos decorrentes de pesquisas experimentais na forma de anais, vide imagem.



No Brasão está escrito “Provando e Riprovando” o que expressa a natureza experimental da *Accademia del Cimento*.



Fora do território italiano a primeira academia foi a *Societas Ereneutica*, (1622) em Rostock, Alemanha, e em território do Novo Mundo a primeira foi a *Boston Philosophical Society* (1683). No século XVII, na pré-modernidade, foram criadas a *Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge*, (1662) a *Royal Society*, e a *Académie Royale des Sciences* (1666), a Academia Real Francesa. Embora contemporâneas, tinham um escopo e uma composição bem diferentes. A *Royal Society* era uma típica iniciativa da sociedade civil, criada por filósofos da natureza, mas com 40% de seus membros sendo homens de negócio.

A *Royal Society* não recebia apoio governamental regular na forma de orçamentos, mas sim doações da corte. A *Académie*

Royale, por seu lado, era uma típica organização estatal, composta exclusivamente de filósofos da natureza que eram remunerados, restaurando uma tradição que havia na Alexandria, pagar com salários pesquisadores. Enquanto a *Royal Society* fomentava a cultura de ciência e financiava pesquisadores independentes a *Académie Royale*, que funcionava em dependências do palácio real era, ao mesmo tempo, centro de pesquisa e agência de controle da propriedade intelectual e da normatização metrológica, conforme imagem.



Louis XIV visitando a *Académie Royale des Sciences* em 1671.

Presentemente, com enorme prestígio como academias nacionais tem-se a *US National Academy of Sciences* (NAS), e a *Royal Society*. Embora resultantes da mesma cultura, a NAS e a *Royal Society*, separadas por dois séculos quanto à gênese, tiveram diferentes concepções. A NAS, igualmente a outras academias nacionais, foi criada em 1863, patrocinada pelo Presidente Abraham Lincoln, durante a Guerra Civil Norte Americana. Uma ação típica de governo, embora contasse com mecenas privados. A *Royal Society*, por sua vez, foi obra de filósofos da natureza e se consolidou na gestão de Isaac Newton, embora tenha recebido generoso apoio do rei Charles II. A independência do Estado, no caso da *Royal Society*, era tão marcante que a entidade convidou Benjamin Franklin para debater em seu ambiente a forma dos condutores de luz, mesmo sabendo que Franklin fomentava a rebelião das colônias inglesas.

A NAS, localizada em Washington DC, tem cerca de 1.100 servidores de tempo integral e anualmente gera aproximadamente 200 relatórios para o Governo Federal. Tem um *status* de órgão quase-governamental, mas é bastante transparente para a sociedade, mais até que a *Royal Society*, entidade não governamental. A NAS é para os Estados Unidos, guardadas as proporções, o que a, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), é para o Brasil.

Durante a vigência do denominado socialismo real, expressão cunhada pela Escola de Frankfurt, as academias de ciência criadas nos países que o adotaram, eram parte efetiva do Estado e se responsabilizavam por programas nacionais de pesquisa. Academias de países ex-socialistas e a Academia Chinesa de Ciências continuam tendo esta concepção.

Um outro modelo contemporâneo de academia de ciências é o da *Academy of Sciences for the Developing World*, TWAS, localizada em Trieste, Itália nas instalações do *International Centre for Theoretical Physics*, que opera sob um acordo tripartite entre o Governo Italiano, a Agência Internacional de Energia Atômica,



IAEA, e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). A TWAS tem como missão desenvolver a ciência no Terceiro Mundo e evitar a drenagem de cérebros para os países industrializados. A TWAS provê, sobretudo para países africanos, recursos para infra-estrutura, bolsas, publicações, organizações de eventos, publicações etc.

Na contemporaneidade foram se cristalizando estes e outros papéis das academias de ciência: locus de pesquisa, agência de fomento a pesquisa, assessoria ao Estado, ente fomentador da cultura de C&T, colegiado destinado a reconhecer méritos e conferir honorarias, locus de debate e análise para toda a sociedade de temas relevantes (como mudança climática, energia, reprodução biológica e modificação genética), ente promotor de campanhas em favor da educação básica etc. É também função de uma academia científica, na opinião de Bruce Alberts, ex-presidente da NAS, prover o consenso de visões dentro do corpo da comunidade de pesquisadores, embora o mesmo reconheça não ser fácil esta tarefa, diante da ampla diversidade de pontos de vista.

Com maior ou menor participação do Estado, na contemporaneidade e no Ocidente, prevaleceu o modelo de Academia Científica que procura difundir uma cultura de C&T e atua como organização da sociedade civil que controla e subsidia o Estado e a sociedade com propostas de diretrizes e políticas, participação em comissões etc. Este é o caso da Academia Brasileira de Ciências. Esta Academia deverá, em alguma medida, se assemelhar à Academia Brasileira de Ciências, atuando como organização da sociedade civil no cultivo e difusão de uma cultura de C&T, no controle social da pesquisa e no subsídio ao Estado e a sociedade civil com propostas de ações e de políticas locais, regionais e nacionais de C&T&I, mas deve ir além, de acordo com o que estabelece de forma detalhada o Artigo 4º de seu Estatuto.

Site da UFBA

Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/opiniao/academia-de-ciencias-da-bahia-em-busca-de-uma-identidade/>

Publicado em 03 de julho de 2011



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA, UMA REALIDADE



Roberto Figueira Santos
Presidente da Academia de Ciências da Bahia

Em tempo mais curto que o previsto, a Academia de Ciências da Bahia se tornou uma realidade. Vários fatores para isso concorreram: o estímulo do Governador Jaques Wagner, que presidiu a sessão de instalação do novo órgão; a participação do Dr. José Mascarenhas, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, que atraiu boa receptividade de empresários baianos; a boa vontade do Secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação, deputado Paulo Câmara, e do Diretor Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa, Dr. Roberto Paulo Machado Lopes, que ofereceram apoio material indispensável ao funcionamento do novo órgão; a competência e dedicação de companheiros, a exemplo da ex-reitora Eliane Azevêdo, dos professores Edivaldo Boaventura, Armênio Guimarães e Jailson Andrade; a fé no futuro da instituição por mais de 40 pesquisadores que abraçaram a causa com dedicação, desde as reuniões preliminares; e a presença do expressivo segmento da sociedade baiana, responsável pelo brilho de que se revestiu a instalação da academia.

Cabe então indagar: qual terá sido a motivação dos que aplaudiam a corajosa iniciativa? Cabe recordar trechos de uma história que, aliás, já é de muitos, conhecida.



A educação de nível superior somente pode ser implantada, no Brasil, há pouco mais de dois séculos. Acabaram negadas, ou ignoradas pela Metrópole Portuguesa, sucessivas petições de autoridades da Cidade do Salvador, encaminhadas ao longo dos três séculos anteriores, para que fossem oficialmente reconhecidos cursos que aqui funcionaram.

Duas das suas características serviriam de modelo único para as instituições de nível superior criadas no País até 1930: era uma escola isolada (não vinculada a outras instituições a exemplo de universidades ou academias) e completa em si mesma (abrangendo as disciplinas básicas, necessárias ao conhecimento das práticas profissionais, além das disciplinas que foram o profissional).

As ciências “básicas” (Filosofia, Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas) eram, então, lecionadas, fragmentariamente, nas várias faculdades, em programas que, em grande parte, eram semelhantes uns aos outros.

Na década de 1930, entraram em funcionamento as primeiras universidades brasileiras, graças às aglutinações de faculdades existentes, às quais se juntaram novos cursos. No então novo modelo de instituição, ocorreu a integração administrativa e financeira de faculdades que eram até então “isoladas”.

A unificação dos dispositivos de ensino e pesquisa a serviço das ciências básicas, contudo, somente ocorreu pelos decretos-leis n. 53/66 e 252/67 que modificaram a estrutura das universidades federais de modo que os setores básicos do conhecimento passaram a ser cultivados em função de sua importância intrínseca, sem a vinculação que os subordinava a cada profissão.

No final da década de 1960, iniciou-se gradual e lentamente, a implantação do regime de dedicação exclusiva para membros do corpo docente das universidades federais. Essa verdadeira revolução foi fundamental para a implementação de cursos de mestrado e doutorados e para a expansão para as atividades de pesquisa

essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico que constitui parcela inseparável do próprio conceito de universidade.

A Academia de Ciências da Bahia representa a continuidade dos estímulos em favor da realização de pesquisas tecnocientíficas nas universidades, ao lado da maior vinculação da área acadêmica com o setor produtivo das sociedades baiana e brasileira, e mediante a formação de pesquisadores capazes de gerar ideias que, pelas suas implicações práticas, contribuam para a melhor qualidade de vidas das nossas populações.

Jornal *A Tarde*

Salvador, 06 de outubro de 2011



Repercussão

MATÉRIAS QUE VEICULARAM A ACB

Uma instituição não existe sozinha em alguma espécie de vácuo da sociedade que a circunda e constitui. Tal como no poema-alegoria, precisa de muitos galos cantando e cruzando seus fios de sol de gritos de galos,¹ tecendo uma teia tênue de amanhã. A construção de uma memória da criação da Academia de Ciências da Bahia aponta, dessa forma, para o mapeamento de todos esses vínculos, e de forma especial, para o registro das múltiplas representações geradas por essa iniciativa. Com isso, estaremos permitindo a todos que se debruçarem sobre o período inicial desta Academia, uma visão contextualizada de seus propósitos, decisões e caminhos originais.



¹ MELO NETO, João Cabral de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 345.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA É INAUGURADA EM SALVADOR. INDÚSTRIAS, GOVERNO E PESQUISADORES VÃO ATUAR EM PROL DA INOVAÇÃO. PRESIDIDA PELO EX-REITOR DA UFBA, ACADEMIA TEM 42 MEMBROS



Inauguração aconteceu na FIEB. Foto: reprodução/TVBA.

A Academia de Ciências da Bahia foi inaugurada na noite da última quarta-feira (1^o) na Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), no bairro do Stiep, em Salvador. O objetivo da Academia é reunir indústrias, governo e pesquisadores em projetos inovadores.

A Academia de Ciências da Bahia tem 42 membros e é presidida pelo professor e ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, Roberto Santos. Ele acredita na união de esforços entre a indústria e as universidades, com o apoio dos órgãos públicos.

“A Federação das Indústrias vai estar articulada com a Academia para uma série de projetos que são de muita importância para a Bahia. Nós estamos estudando uma articulação entre os projetos de teses da pós-graduação, do doutorado, com as necessidades da indústria baiana”, explica Roberto Santos, presidente da Academia.

A Academia de Ciências vai funcionar como um polo de projetos para o desenvolvimento de diversos setores do Estado.

“Ciência é produção de conhecimento, é contribuir para a sociedade e nesse sentido temos a Academia de Ciências, reunindo um grupo de pesquisadores, de pessoas ligadas à atividade acadêmica, que certamente vão contribuir para fortalecer a ciência, a inovação e o nosso Estado”, espera Dora Leal, reitora da UFBA.

“A Bahia está um pouco atrasada nessa questão da inovação, inclusive em relação a alguns estados mais pobres do que nós, então eu acho que chegou o momento de nós retornarmos essa política de renovação do conhecimento na Bahia, acho que isso cai em uma oportunidade muito grande”, pontua José Mascarenhas, presidente da FIEB.

Site Globo

Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/06/academia-de-ciencias-da-bahia-e-inaugurada-em-salvador.html>

Publicado em 02 de junho de 2011

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA COMEÇA A FUNCIONAR

O campo da pesquisa baiana ganha um novo estímulo a partir desta quarta-feira, (1^º). Com apoio institucional da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, intelectuais do Estado e convidados se reúnem no auditório da FIEB, às 18 horas, para sessão de instalação e posse formal dos 43 membros fundadores da Academia de Ciências da Bahia, com a presença do governador Jacques Wagner. Reitores, pesquisadores, inventores, cientistas e outras pessoas vinculadas às ciências fazem parte deste grupo que pretende contribuir com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do Estado da Bahia.

Estão à frente dos trabalhos o ex-governador da Bahia, Roberto Santos, e o diretor geral do grupo *A Tarde* e presidente da Academia de Letras da Bahia, Edivaldo Boaventura. A expectativa é de que a nova Academia estimule a expansão das fronteiras do conhecimento e promova o debate entre diversas correntes de pensamento. Será um espaço para o estímulo da pesquisa, especialmente quando esta for em prol do desenvolvimento econômico e social. Os jovens também serão prioridade dos trabalhos, com estímulo ao interesse pelos temas científicos desde cedo.

A estrutura da Academia será distribuída entre os temas: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Vida, Filosofia, Ensino e Gestão das Ciências e seus principais objetivos são:

- Incentivar temas relevantes da Ciência e Tecnologia em entidades públicas e privadas;
- Estimular a formação de pesquisadores;
- Promover a aplicação da Lei da Inovação;
- Estimular o ensino das Ciências;
- Servir de elo entre cientistas e instituições;
- Apoiar a popularização das Ciências;



- Criar oportunidades de emprego para cientistas;
- Apoiar o registro de fatos históricos da Ciência e Tecnologia.

Site da Secretaria de Ciências Tecnologia e Inovação

Disponível em: <http://www.secti.ba.gov.br/index.php/component/content/article/37-bahia/629-academia-de-ciencias-da-bahia-comeca-a-funcionar.html>

Publicado em 31 de maio de 2011

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA ESTIMULA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS



Da esquerda para a direita: Dr. José de Freitas Mascarenhas, deputado Marcelo Nilo, governador Jaques Wagner, Dr. Roberto Santos e Dr. Paulo Câmara. Foto: Manu Dias/SECOM.



Estimular a pesquisa em Ciência e Tecnologia, promover a interação entre cientistas locais e entidades nacionais e internacionais. Com esse objetivo, foi instalada, na noite desta quarta-feira (1º), a Academia de Ciências da Bahia (ACB). Durante o evento, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), em Salvador, também foram empossados os 43 membros fundadores. O grupo é composto por reitores, inventores, cientistas, pesquisadores, entre outras pessoas ligadas à ciência e à tecnologia no Estado.

Para realizar os trabalhos, a Academia conta com o apoio da FIEB e do governo estadual, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Em seu discurso, governador Jaques Wagner destacou a participação dos empresários no processo de instalação da Academia. “Aqui está a síntese do que eu acredito – o empresariado, por intermédio da FIEB, o governo, e a sociedade, na figura dos membros da Academia Baiana de Ciências. Temos total apreço por esta iniciativa. O mundo atual é o mundo do conhecimento, da Ciência, da Tecnologia, da Pesquisa e da Inovação. Por isso, estamos trabalhando para implantar o nosso Parque Tecnológico”.

Inicialmente, os membros da ACB farão três encontros mensais, que ocorrerão no prédio da FAPESB, no bairro de São Lázaro. O secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Câmera, afirmou que “a SECTI dará toda a cobertura institucional para que os membros se sintam à vontade e tenham a infraestrutura necessária”.

O reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Paulo Roberto Pinto, observou que as universidades também terão um papel importante nas discussões científicas. “Sabemos que para fazer a verdadeira inclusão social é fundamental buscar tecnologias alternativas e colocá-las à disposição de toda a sociedade”.

Na ocasião, o presidente da ACB, Roberto Santos, disse que está otimista com os trabalhos que deverão ser realizados pela academia. “Tivemos a grande receptividade, primeiro, do Governo do Estado, do próprio governador, do secretário Paulo Câmera, do diretor geral da FAPESB, Roberto Paulo Lopes, e do presidente da FIEB, José Mascarenhas. Todos se mantiveram inteiramente à disposição para que os trabalhos se processassem da forma mais imediata e bem apoiada. Desta forma, começamos a trabalhar”.

Editais e bolsas fomentam setor

Nos últimos quatro anos, a Bahia tem registrado investimentos importantes em Ciência, Tecnologia e Inovação. Em 2007, a

FAPESB registrou R\$ 36 milhões no valor total de fomento por meio de editais e bolsas. Em 2009, o valor foi ampliado para R\$ 100 milhões. Em 2010, R\$ 112 milhões, e o previsto para 2011 é de R\$ 130 milhões. O governador disse que o montante é “praticamente quatro vezes mais do que encontramos há quatro anos”.

Além do Parque Tecnológico de Salvador, que está com as obras adiantadas, na Avenida Paralela, o Estado prevê novas ações na área científica. O governador adiantou seu empenho para trazer uma fábrica de vacinas para o Estado e informou que tem pleiteado, junto ao governo federal, a instalação de uma unidade do Ministério de Ciência e Tecnologia para a Bahia.

Site do Governo do Estado da Bahia

Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/06/01/academia-de-ciencias-da-bahia-vai-estimular-o-desenvolvimento-de-pesquisas>

Publicado em 01 de junho de 2011



GESTORES DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA SE REUNIRAM COM PINHEIRO



Dr. Roberto Santos, senador Walter Pinheiro e Dr. Edivaldo Boaventura.

Os desafios do ensino superior e técnico na Bahia foram abordados hoje (08) durante reunião entre o senador Walter Pinheiro (PT-BA) e os membros fundadores da Academia de Ciências da Bahia (ACB), Edivaldo Boaventura e Roberto Santos. Durante o encontro, realizado no escritório do senador, em Salvador, eles também debateram sobre os vetores do desenvolvimento científico e tecnológico da Bahia.

Pinheiro revelou que está pleiteando junto ao Ministério da Educação (MEC) a chegada de duas novas universidades federais na Bahia, para as regiões Oeste e Sul/Sudeste. “A ideia é aproveitar o *status* da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) e incorporar a estrutura da CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), que conta com um quadro de excelência com cerca de 100 doutores, para montarmos uma boa estrutura”. De acordo com o senador, a carência de instituições federais é histórica na Bahia, mas este cenário vem melhorando. “Em 2007, por exemplo, tinham quatro mil alunos matriculados

no ensino técnico na Bahia e hoje já são 40 mil. Ainda temos que ampliar esta oferta, mas hoje já contamos com 17 institutos federais em nosso estado”, avaliou Pinheiro.

De acordo com o presidente da ACB e ex-governador, Roberto Santos, a instituição recém criada tem o desafio de articular a realização de teses de doutorado com o setor produtivo, além de montar um mapeamento da produção científica na Bahia. Durante a reunião, Santos fez um convite para que o senador Pinheiro faça uma palestra na Academia, para abordar a importância da relação entre os setores acadêmico e produtivo, como forma de incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.

O vice-presidente da Academia e diretor-geral do grupo *A Tarde*, Edivaldo Boaventura, falou sobre a importância do ensino superior chegar ao interior, destacando sua iniciativa de ter criado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) quando foi secretário estadual da Educação. Boaventura também demonstrou interesse na implantação do Parque Tecnológico e citou que a Bahia tem o desafio de formar recursos humanos para atuar nas áreas tidas como estratégicas, a exemplo da biotecnologia, tecnologia da informação e fármacos. Além disso, manifestou sua preocupação com o desenvolvimento do semiárido, principalmente a partir do vetor educação.

Questionado por Boaventura em relação ao perfil das atividades das empresas que estão sendo atraídas para o Parque, Pinheiro destacou que o foco está na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). “Salvador não tem mais espaço para chaminé”, disse Pinheiro, lembrando dos tempos de menino, quando vivia nas proximidades da extinta fábrica de chocolates Chadler. “Este processo de industrialização acabou e precisamos estar atentos e adaptados a este novo mercado que não está voltado para a produção em série e sim para o conhecimento e a tecnologia”, disse o senador.

A Academia de Ciências da Bahia (ACB) foi instalada em 1º de maio, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia



(FIEB) e do governo da Bahia, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Conta com 43 membros fundadores, entre eles reitores, inventores, cientistas e pesquisadores, e tem como objetivo estimular a pesquisa em ciência e tecnologia, além de promover a interação entre cientistas locais e entidades nacionais e internacionais.

Site de Walter Pinheiro

Disponível em: <http://www.walterpinheiro.com.br/noticias/gestores-da-academia-de-ciencias-da-bahia-se-reuniram-com-pinheiro.html>

Publicado em 08 de julho de 2011

ACADEMIA DE CIÊNCIAS É FUNDADA NESTA QUARTA

Quarta-feira, 1 de junho de 2011

A Bahia ganhará nesta quarta-feira (1º) uma instituição dedicada exclusivamente ao estímulo à pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no Estado. A Academia de Ciências da Bahia será instalada oficialmente em cerimônia com a presença do governador Jaques Wagner, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), às 17h.

Entre os objetivos da agremiação estão o incentivo à realização de pesquisas, o apoio a projetos tecnocientíficos que contribuam para a inclusão social, o estímulo à formação de pesquisadores e ao ensino da ciência em todas as idades.

A Academia tem apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da FIEB.



Site Brasil Inovação

Disponível em: <http://www.brasilinovacao.com.br/brain-news/academia-de-ciencias-e-fundada-nesta-quarta/>

Publicado em: 01 de junho de 2011

SIMPÓSIO DISCUTE INTEGRAÇÃO ENTRE PESQUISADORES E O SETOR PRODUTIVO

João Pedro Pitombo

Inovação e integração foram as palavras de ordem do Simpósio Academia – Empresa para o Nordeste, realizado ontem no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Capitaneado pela Academia Brasileira de Ciências, o debate teve como objetivo aproximar o empresariado, representando o setor produtivo, do meio acadêmico, representado pelas universidades e centros de pesquisa.

O objetivo central do projeto é fomentar a integração dentre diversos entes da sociedade no desenvolvimento da pesquisa e da inovação, fundamentais para alavancar o crescimento econômico e social do Brasil.

Na avaliação do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis, o entrosamento entre a Academia e o setor produtivo é essencial e gera dividendos para as duas partes. “A universidade tem que ouvir as demandas do setor produtivo e encarar isso como um desafio. O Brasil precisa ser mais agressivo para agregar valor aos nossos produtos”, pontuou.

Presidente da Academia de Ciências da Bahia, o ex-governador Roberto Santos destacou a importância da inovação no contexto do desenvolvimento do País. “A nossa produção científica cresceu, mas ainda somos o 47º país do mundo em capacidade de inovação. É preciso avançar neste sentido”, destacou. O presidente da FIEB, José de Freitas Mascarenhas fez coro e reiterou a abertura do setor industrial baiano para o desenvolvimento da ciência: “A ponte está construída, temos que jogar o jogo”.

Depois do debate na Bahia, o projeto de realização de Simpósio Academia-Empresa passará por estados das cinco regiões do Brasil.

Jornal *A Tarde*

Salvador, 07 de outubro de 2011



ABERTURA DO SIMPÓSIO ACADEMIA-EMPRESA DA BAHIA



Reitora da UFBA Dora Leal Rosa, Dr. Jacob Palis, Dr. José de Freitas Mascarenhas, Dr. Roberto Santos e Dr. Renildo Souza.

No dia 6 de outubro, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Academia de Ciências da Bahia (ACB) promoveram em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), a primeira edição nordestina do Simpósio Academia-Empresa, em Salvador. O evento, capitaneado pelo Acadêmico Jailson Bittencourt de Andrade, teve em vista contribuir para solucionar um dos principais desafios da ciência brasileira no momento, após os recentes avanços: integrá-la ao setor produtivo.

Os palestrantes do evento foram o diretor de Inovação e Tecnologia da Braskem, Alessandro Bernardi; o representante da Petrobras na Bahia, Nilson Rodrigues Cunha; o diretor industrial da empresa Oxiten, Flavio Cavalcanti; o gerente-geral adjunto de Tecnologia da Fibria Celulose, Fernando Bertolucci; o gerente executivo da Unitec/CNI, Jefferson de Oliveira Gomes; e o representante do Banco do Nordeste, Laercio de Matos Ferreira.

A mesa de abertura foi composta pela reitora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dora Leal Rosa, o diretor de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Renildo Souza, o presidente da FIEB, José de Freitas Mascarenhas; o presidente da Academia de Ciências da Bahia e ex-governador do Estado, Roberto F. Santos; e o presidente da ABC, Jacob Palis. Mascarenhas comentou a importância da inovação, afirmando que ela precisa de um ambiente complexo e de talentos para se de-

envolver. “É esse ambiente que estamos tentando criar aqui na Bahia, pois essa é uma ferramenta essencial para o desempenho competitivo da indústria”.

Mascarenhas prosseguiu afirmando que, para ampliar a participação brasileira no mercado global, é preciso competência e capacidade estrutural, acrescentando que a competitividade é garantia para o crescimento e um futuro com melhores condições de vida para a sociedade. “Precisamos, por exemplo, estimular a formação maciça de engenheiros qualificados”, declarou. “Os próprios empresários já estão começando a ter consciência da importância de sua iniciativa na qualificação de recursos humanos e na criação de núcleos de inovação nas indústrias”.



Dr. Jacob Palis e Dr. José de Freitas Mascarenhas.

Ele informou que o Senai da Bahia está investindo no sentido de qualificar os profissionais conforme a demanda da indústria. “Algo bem criado e bem nutrido acaba dando mais frutos do que o esperado”. Além disso, Mascarenhas enfatizou a necessidade de se criar um relacionamento com a academia e afirmou estar honrado com o prestígio que está sendo dado às indústrias nesse processo de aproximação.

Jacob Palis destacou o papel da ABC em promover a integração entre academia e empresas e afirmou que o entrosamento dos

cientistas com o setor produtivo é essencial para o país e bom para as duas partes. “O Brasil precisa ser muito mais agressivo em agregar valor a seus produtos e a pesquisa deve ser refletida nestes”, comentou. “Esta é a postura necessária, hoje, aos cientistas, que devem ouvir a demanda da indústria e contribuir objetivamente para o crescimento do país”. O matemático mencionou as outras edições do evento realizadas no Rio de Janeiro e destacou que existem outras agendadas em Belo Horizonte e São Paulo. “A ABC está empreendendo esforços no sentido de promover a união entre indústria e ciência, voltada para a inovação”, concluiu.



Dr. Roberto Santos. Presidente da Academia de Ciências da Bahia.

Já Roberto Santos afirmou que é estimulante ver que os empresários baianos estão respondendo e se mostrando dispostos a realizar esse intercâmbio, tão necessário à Bahia e ao país. “O Brasil está no 13º lugar no ranking mundial de produção científica, mas em 47º em inovação”, informou o presidente da recém-criada Academia de Ciências da Bahia.

“Precisamos de ideias novas aplicadas a práticas anteriormente reconhecidas e da aplicação do conhecimento e transformação dele em produtos ou processos”.

Site da Academia Brasileira de Ciências

Disponível em: http://www.abc.org.br/article.php?id_article=1612

Publicado em 28 de outubro de 2012

Atividades
Pós-Instalação

REUNIÕES DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA APÓS INSTALAÇÃO

15 de Junho de 2010 a 13 de Dezembro de 2011

Data	Local	Atividade
15/06/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Reunião Administrativa.
14/07/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Reunião Administrativa.
25/10/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Reunião Administrativa.
29/11/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Aprovados por unanimidade em Reunião Plenária da ACB os novos membros titulares: Prof. Othon Jambeiro, Prof. ^a Tânia Fischer, Prof. Nelson Pretto, Prof. ^a Viga Gordilho, Prof. ^a Iracy Picanço.
13/12/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)	Apresentação dos novos membros titulares.



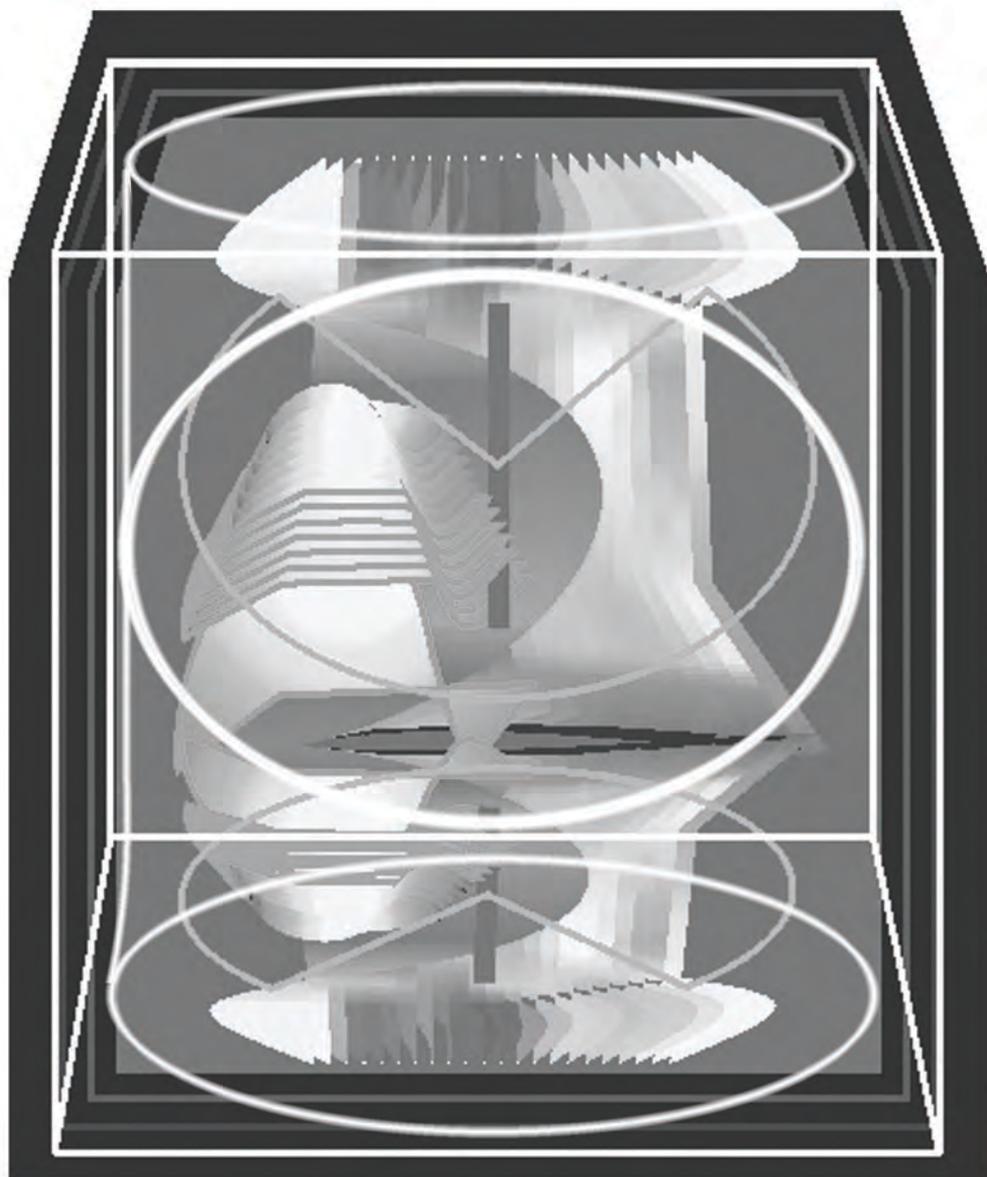
REUNIÕES DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA BAHIA APÓS INSTALAÇÃO

Reuniões do Presidente da ACB, Professor Roberto Figueira Santos e membros da ACB com representantes de outras instituições.

Data	Local	Finalidade
16/03/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Colaboração Academia – Empresa.
21/03/2011	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)	Parceria ACB – SECTI.
05/05/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Planejamento de instalação da ACB.
20/05/2011	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)	Convites para instalação da ACB.
25/05/2011	Governadoria do Estado da Bahia	Convite ao Governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner, para presidir a mesa de instalação da ACB.
06/06/2011	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)	Planejamento de Ações de Colaboração.



21/07/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Planejamento de Ações de Colaboração.
24/09/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Planejamento de Ações de Colaboração.
03/11/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)	Planejamento de Ações de Colaboração.



Juarez Paraíso – Interferências V, 2012. Arte digital, Salvador, Bahia

Reuniões Científicas

Data	Local	Evento
25/10/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO ANTÔNIO FERREIRA <i>Estado da Arte em Nanociência</i>

Resumo: Foi apresentada uma abordagem resumida dentro de um contexto que pudesse incluir nossas pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Propriedades Óticas – LaPO do Instituto de Física/UFBA e em cooperação com outras instituições . Efetuou-se uma definição não tanto rigorosa do assunto em questão e no intuito de situar algumas pesquisas relacionadas ao tema. Pode-se de uma maneira geral assumir que Nanotecnologia é a tecnologia de design, fabricação e aplicações de materiais em escala nanométrica ($1\text{nm}=10^{-9}\text{ m}$) ou nanomateriais e que a Nanociência é ciência da compreensão das propriedades físicas e dos fenômenos que envolvem nanomateriais.

Data	Local	Evento
25/10/2012	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO ENALDO VERGASTA <i>A Matemática da bolha de sabão</i>

Resumo: Partindo-se do problema isoperimétrico clássico no plano, são apresentados problemas correlatos no espaço, incluindo a versão espacial do problema isoperimétrico, o problema isoperimétrico com bordo livre numa esfera e o problema da bolha dupla. A abordagem intuitiva prioriza o entendimento dos problemas e dos resultados, relacionando-os com situações do cotidiano. As superfícies que são soluções dos problemas propostos (ou dos respectivos problemas de estabilidade) são concretizadas por diversas formas de bolhas de sabão, cuja elasticidade justifica a minimização (ou, pelo menos, a estabilidade) da área da superfície, sujeita a restrições sobre o(s) volume(s) que delimita.



Data	Local	Evento
29/11/2010	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO BERNARDO GALVÃO FILHO <i>Origem e disseminação do Vírus linfotrópico de células T humanas (HTLV) no estado da Bahia</i>
<p>Resumo: O HTLV-1 infecta humanos há milhares de anos e são marcadores de migrações desta espécie. É endêmico no Japão, Caribe, Américas Central e do Sul, África Equatorial, Oriente Médio e Melanésia. Estima-se que 2,5 milhões de pessoas estejam infectadas no Brasil. A introdução do HTLV-1 no continente americano decorreu da migração de populações asiáticas há milhares de anos ou através do tráfico negreiro. Salvador, com 80% de afrodescendentes provenientes do Oeste da África, apresenta a maior prevalência de HTLV-1 no Brasil. Recentemente, demonstramos a presença do HTLV-1 em 154 dos 473 municípios do estado da Bahia. Baseado em análise filogenética, corroboramos a hipótese de que ocorreram introduções do HTLV-1 na Bahia, na era pós-colombiana.</p>		
Data	Local	Evento
08/04/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICA NADIA HAGE FIALHO <i>Educação, sistema de ensino e percurso do Ensino Médio para a Educação Superior</i>
<p>Resumo: A conferência tratou de uma avaliação dos sistemas de ensino: uma prioridade das políticas e dos projetos de desenvolvimento humano, social e econômico que contempla a qualidade da educação e também implica a gestão dos sistemas e redes de ensino. Para abordar esta temática concebemos o Projeto Modelo de Avaliação de Sistema de Ensino (Projeto MASE), aprovado no Edital Educação/Fapesb. Este Projeto orientou-se para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação do sistema de ensino baseada na auto-avaliação monitorada e integrada das unidades escolares e amparada em plataforma de tecnologia comum a toda a rede de ensino.</p>		

Data	Local	Evento
10/05/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO DANTE AUGUSTO GALEFFI <i>Epistemologia do Educar Transdisciplinar</i>
<p>Resumo: A metodologia transdisciplinar conjugada à teorização da complexidade oferecem estruturas molares consistentes para a configuração pragmática de uma Epistemologia do Educar Transdisciplinar modelada segundo os princípios polilógicos e contraditórias do conhecimento e do desconhecimento humano, compreendendo a tarefa de construir conceitos moleculares como ferramentas da práxis formativa de subjetivações criadoras e colaborativas, tendo em vista os desafios da sustentabilidade humana planetária para a plenitude vivente, segundo uma perspectiva triética (ambiental, social e mental).</p>		
Data	Local	Evento
07/07/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência SECRETÁRIO PAULO CÂMERA (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia) <i>Ciência e Tecnologia no Estado da Bahia</i>
<p>Resumo: A Bahia vai ganhar, em breve, seu primeiro Parque Tecnológico um empreendimento que fortalecerá a indústria do saber no estado, pois atrai inteligência, infraestrutura e serviços necessários ao fortalecimento das empresas intensivas em tecnologia, catalisadoras dos demais setores da economia. Instalado numa área de 581 mil m², distribuídos em 83 lotes, o Parque vai, entre outras coisas, reunir o poder público, a comunidade acadêmica e o setor empresarial em prol da inovação. As áreas prioritárias são Biotecnologia e Saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação e Energia e Engenharias. As empresas que decidirem se integrar ao empreendimento terão apoio para financiar projetos, além de incentivos importantes como o ProParq, que oferece bolsas de até R\$ 14 mil mensais.</p>		



Data	Local	Evento
07/07/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência SECRETÁRIO JORGE SOLLA (Secretaria de Saúde do Estado da Bahia) <i>Ciência e Saúde no Estado da Bahia</i>
Data	Local	Evento
22/07/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência SECRETÁRIO OSVALDO BARRETO (Secretaria de Educação do Estado da Bahia) <i>Educação no Estado da Bahia</i>
<p>Resumo: Foram apresentados os principais objetivos do Programa Todos pela Escola do Governo do Estado da Bahia, alicerçado em 10 compromissos para melhorar a qualidade da educação nas redes públicas no Estado: 1- Alfabetizar as crianças até os oito anos de idade e extinguir o analfabetismo; 2- Fortalecer a inclusão educacional; 3- Ampliar o acesso à educação integral; 4- Combater a repetência e o abandono escolar; 5- Assegurar a alfabetização e a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular; 6- Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação; 7- Fortalecer a gestão democrática e participativa na rede de ensino; 8- Inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes e à cultura; 9- Estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar; 10- Garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.</p>		
Data	Local	Evento
03/08/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO ANDRÉ GALEMBECK <i>Inovação Tecnológica: Difusão e Desenvolvimento</i>

Resumo: O CETENE é uma Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação cuja missão é desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro. O CETENE atua nas áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia e Microeletrônica apoiando a pesquisa acadêmica através de seus laboratórios multiusuários, prestando serviços tecnológicos e desenvolvendo projetos de P&D em cooperação com empresas, articulando redes de pesquisa e executando políticas públicas de desenvolvimento e difusão de tecnologias. Na conferência foram apresentados projetos envolvendo a biofábrica de plantas, biodiesel, TI e nanotecnologia atualmente em andamento na Instituição.

Data	Local	Evento
09/08/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO MAURÍCIO BARRETO <i>A pesquisa epistemológica: fundamentos e alguns exemplos</i>
Data	Local	Evento
24/09/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência SECRETÁRIO JAMES CORREIA (Secretária de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia) <i>Ciência e desenvolvimento no Estado da Bahia</i>
Data	Local	Evento
22/10/2011	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB	Conferência ACADÊMICO DOMINGO HAROLDO REINHARDT <i>Inovação técnico-científica na agricultura baiana – o caso da Embrapa Mandioca e Fruticultura.</i>



Resumo: A agricultura baiana, apesar da sua evolução expressiva na última década, com destaque para a produção de frutas em perímetros irrigados da região semiárida e de grãos e fibras no Cerrado, necessita do aporte de inovação tecnológica para garantir maiores ganhos em produtividade, qualidade e sustentabilidade, o que depende de maiores investimentos e estímulos à pesquisa agropecuária em universidades e instituições de C&T. Foi destacado o exemplo da Embrapa Mandioca e Fruticultura, centro de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, localizado em Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano. Uma boa estrutura organizacional, o planejamento estratégico, uma carteira consistente de projetos de P&D e TT e parcerias efetivas tem permitido gerar e transferir um estoque amplo de conhecimentos e inovações tecnológicas nas áreas de manejo de recursos genéticos e desenvolvimento de novas cultivares, melhoria dos sistemas de produção e manejo pós-colheita e processamento de mandioca.

Data	Local	Evento
06/10/2011	Federação das Indústrias do Estado da Bahia-FIEB	Simpósio Academia Empresa <i>Evento capitaneado pela Academia de Ciências da Bahia, Academia Brasileira de Ciências e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia</i>

Resumo: A ciência brasileira avançou muito tanto qualitativamente quanto quantitativamente e conquistou sólido prestígio internacional. Mais uma conquista faz-se agora necessária: uma sólida integração da nossa ciência com o setor produtivo. Foi com esse objetivo que a Academia Brasileira de Ciências e a Academia de Ciências da Bahia em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia, promoveram o Simpósio Academia-Empresa. Na programação do evento se apresentaram os seguintes conferencistas: Alessandro Bernardi, Diretor de Inovação e Tecnologia da Braskem; Antonio Rivas, Gerente Geral da Petrobras-Bahia; Flavio de Couto B. Cavalcanti, Diretor Industrias da Oxiteno Ultra; Jefferson de Oliveira Gomes, Gerente Executivo da UNITEC, SENAI e ITA; Laércio Ferreira, Superintendente do ETENE-Banco do Nordeste.

Grupos de Trabalho

Cienciometria

Membros: Maurício Lima Barreto, Sergio Luís Costa Ferreira, Robert Evan Verhine.

Ensino de Ciências

Membros: Nadia Hage Fialho, Nelson Pretto, Iracy Picanço, Enaldo Silva Vergasta.

Divulgação Científica

Membros: Edivaldo Machado Boaventura, Amilcar Baiardi.

Ética

Membros: Eliane Elisa de Souza e Azevêdo, Paulo Costa Lima, Pasqualino Magnavita, Juarez Marialva Tito Martins Paraíso, João Carlos Salles Pires da Silva, Manuel Vicente Ribeiro Veiga Júnior, Amilcar Baiardi.

Teses de Pós-Graduação

Membros: Jailson B. De Andrade, Dora Leal Rosa, Edivaldo Machado Boaventura.

Artes, Filosofia e Ciência

Membros: João Carlos Salles Pires da Silva, Paulo Costa Lima, Dante Augusto Galeffi, Pasqualino Magnavita.

Petróleo e Gás na Bahia

Membros: Viga Gordilho, Edivaldo Machado Boaventura, Jailson B. De Andrade.

Educação para a Saúde

Membros: Nadia Hage Fialho, Armênio Guimarães.



Calendário
das Reuniões
Plenárias para
o Ano de 2012

CALENDÁRIO DAS REUNIÕES PLENÁRIAS PARA O ANO DE 2012

Data	Dia	Turno	Hora
06 MARÇO	3ª FEIRA	VESPERTINO	14h30min
11 ABRIL	4ª FEIRA	MATUTINO	09h00min
10 MAIO	5ª FEIRA	VESPERTINO	14h30min
05 JUNHO	3ª FEIRA	MATUTINO	09h00min
04 JULHO	4ª FEIRA	VESPERTINO	14h00min
02 AGOSTO	5ª FEIRA	MATUTINO	09h00min
04 SETEMBRO	3ª FEIRA	VESPERTINO	14h30min
03 OUTUBRO	4ª FEIRA	MATUTINO	09h00min
08 NOVEMBRO	5ª FEIRA	VESPERTINO	14h30min
04 DEZEMBRO	3ª FEIRA	MATUTINO	09h00min



Este livro foi publicado no formato 158x225 mm
Utilizando a Família Tipográfica DLT Documenta
Impresso na Gráfica Santa Marta na Paraíba.
Tiragem de 800 exemplares.

Salvador, 2012.

